

POR UMA GRAMÁTICA ECOSSISTÊMICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Hildo Honório do Couto (UnB/GEPL)

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/NELIM)

Para quem gosta de certezas e seguranças, tenho más notícias: a gramática não está pronta. Para quem gosta de desafios, tenho boas notícias: a gramática não está pronta. Um mundo de questões e problemas continua sem solução, à espera de novas ideias, novas teorias, novas análises, novas cabeças (Mário A. Perini. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, p. 85, 1997).

A atividade linguageira (*rečevaja dejatel'nost'*) humana é um fenômeno *multiforme*, que se manifesta não só na multiplicidade infinita das línguas particulares, dos falares, dos patoás etc., nos dialetos dos grupos sociais e, finalmente, nos dialetos individuais, mas também no *interior* de uma mesma língua, de um falar, de um patoá (inclusive no interior do dialeto de um mesmo indivíduo), e que é determinado pela diversidade complexa de fatores que têm a fala humana como função (Lev Jakubinskij. *Sobre a fala dialogal*. São Paulo: Parábola, p. 49-50, 2012).

Muitas vezes, a contribuição mais importante que um cientista pode fazer não é propor uma nova teoria ou revelar um novo fato, mas descobrir um novo modo de olhar para as teorias e os fatos antigos (Richard Dawkins. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 22-23, 2008).

SUMÁRIO

Abstract

Resumo

1. Introdução
 2. O que se entende por gramática ecossistêmica
 3. A linguística ecossistêmica e o conceito de regra
 4. Fluxo interlocucional
 5. Regras interacionais
 6. Sintaxe: organização sistêmico-sintática
 7. Morfologia: organização sistêmico-morfológica
 8. Fonética-fonologia: organização sistêmico-fonológica
 9. Léxico
 10. Exemplo de diversidade de manifestações fonético-fonológicas de uma palavra
 11. Exclamações, Interjeições e Onomatopeias
 12. Outros
 - 12.1. Formas de tratamento
 - 12.2. Cumprimentos/saudações e despedidas
 - 12.3. Marcadores interlocucionais
 - 12.4. Componentes não verbais da comunicação
 13. Observações finais
- Referências

Abstract: The objective of this article is to present some of the first ideas of a larger project for the elaboration of an *Ecosystemic Grammar of Portuguese* (by the first author) and a *Minigrammar of the rural Portuguese of Major Porto* (by the coauthor), using as a theoretical-methodological framework the version of Ecolinguistics called Ecosystemic Linguistics (EL). It is not intended to repeat everything that traditional grammars have been reproducing for centuries, but to turn to phenomena little, insufficiently or never investigated properly. The traditionally studied phenomena will remain as assumptions. Starting from the concept of language as interaction, some grammar issues (syntax, morphology, phonetics-phonology) will be presented and discussed as part of the rules that govern communicative interactions (interactional rules), and giving priority to those phenomena that have been considered peripheral. It will be shown that exclamations, interjections and onomatopoeias, and even some non-linguistic means, can also appear in communicative interactions, therefore, are part of language-as-interaction.

Key-words: Ecolinguistics; Ecosystemic Linguistics; Interactional rules; Ecosystemic grammar.

Resumo: O objetivo deste longo artigo é apresentar algumas das primeiras ideias de um projeto maior para a elaboração de uma *Gramática ecossistêmica do português* (pelo primeiro autor) e uma *Gramática do português rural de Major Porto* (pela coautora), usando como base teórico-metodológica a versão da ecolinguística chamada linguística ecossistêmica (LE). A intenção não é repetir tudo que as gramáticas tradicionais vêm reproduzindo há séculos, mas voltar-se para fenômenos pouco, insuficientemente ou nunca investigados devidamente. Os fenômenos tradicionalmente estudados permanecerão como pressupostos. Partindo da concepção de língua como interação, serão apresentadas e discutidas algumas questões de gramática (sintaxe, morfologia, fonética-fonologia) como parte das regras que subjazem às interações comunicativas (as regras interacionais), privilegiando-se os fenômenos que têm sido considerados periféricos.

Será mostrado que exclamações, interjeições e onomatopeias, e até meios não linguísticos, também podem aparecer nas interações comunicativas, portanto, são parte da língua-como-interação.

Palavras-chave: Ecolinguística; Linguística Ecosystemática; Regras interacionais; Gramática ecosystemática.

1. Introdução

Os três excertos das epígrafes indicam a direção para a qual pretendemos nos dirigir. O primeiro, nas palavras do linguista brasileiro Mário Perini, aponta para o fato de que “a gramática não está pronta” porque “um mundo de questões e problemas continua sem solução, à espera de novas ideias, novas teorias, novas análises”. O de Jakubinskij e o de Dawkins antecipam a postura científica em que nos baseamos, a concepção de língua-como-interação, da qual língua-como-sistema é subsidiária. A postura deles está em perfeita sintonia com a visão de mundo e da ciência que seguimos, cujas bases epistemológicas foram expostas fora dos estudos linguísticos na física (teoria da relatividade, mecânica quântica, teoria da “matriz S”), na biologia e, sobretudo, na ecologia, bem como na teoria dos sistemas complexos, o que levou à versão da ecolinguística chamada de linguística ecosystemática (LE). Os formuladores desta última tinham como um de seus objetivos centrais mostrar uma nova maneira de se abordarem os fenômenos da linguagem em geral, abordagem essa que será exposta em mais pormenores na seção 3.

Retomando o terceiro excerto, ele justifica o nosso afastamento da tradição ao tratar dos fenômenos da linguagem usando a LE. Nas palavras de Richard Dawkins, “muitas vezes, a contribuição mais importante que um cientista pode fazer não é propor uma nova teoria ou revelar um novo fato, mas descobrir um novo modo de olhar para as teorias e os fatos antigos”. Na verdade a LE é uma nova teoria, mas vamos tratar de “fatos antigos”, ou seja, já conhecidos. Nosso trabalho está em sintonia com a fala de Dawkins por tratarmos desses fatos de uma perspectiva diferente da dos estudos linguísticos tradicionais. Para começo de conversa, a LE olha para o que a tradição chama de “estrutura” ou “gramática” como organização, mais especificamente como redes de interações orgânicas (RIO). O texto de Jakubinskij é de 1923, aproximadamente da mesma época em que estava surgindo a teoria da relatividade na física. Ele influenciou inclusive Mikhail Bakhtin, que tem uma postura muito semelhante à sua e é muito mais conhecido no Brasil. Portanto, não é de admirar que ele já estivesse antecipando a nova maneira de se fazer ciência em linguística que se vê na LE. O título de seu livro já revela sua visão de língua-como-interação.

No momento está havendo uma incipiente proposta de duas gramáticas ecosystemáticas: Hildo Couto planeja uma *Gramática ecosystemática do português brasileiro*; Elza Kioko do Couto desenvolve um projeto pelo CNPq que deverá culminar em uma *Gramática do português rural de Major Porto (MG)*. Nosso objetivo neste longo artigo é apresentar algumas ideias iniciais do que entendemos por gramática ecosystemática. A intenção é investigar algumas questões pouco, insuficientemente ou nunca investigadas nas gramáticas normativas e nas descritivas que, não obstante, são questões que fazem parte da língua viva, a língua como interação comunicativa, governada pelas regras interacionais (RI), das quais as regras sistêmicas (RS) – gramática – fazem parte.

Saussure via a interação comunicativa (fala) como “realização” do sistema (língua), ou seja, para ele aquilo que chamamos de RI é dependente das RS. Em sua opinião, primeiro vem a língua (*langue*), o sistema, a gramática e, como realização dela a fala (*parole*), o uso, as interações comunicativas, pondo a língua de cabeça para baixo, como na metáfora que Karl Marx usou a

propósito da filosofia de Hegel. Nem a teoria da enunciação de Émile Benveniste, que significou um grande avanço em relação à proposta de Saussure, superou essa concepção reificante de língua.

De acordo com a metáfora de Marx, podemos afirmar que a teoria de Saussure e, de resto, a da esmagadora maioria das teorias linguísticas ocidentais, está de cabeça para baixo. Por isso, é preciso pô-las de pé, de cabeça para cima. A LE tem por objetivo fazer isso. Para ela, são as RS que estão subordinadas às RI uma vez que o sistema que elas representam é forjado pelo linguista partindo da observação de como as pessoas interagem comunicativamente, e interação comunicativa é governada por RI. A *langue* é subordinada à *parole*. Tanto que uma língua morre quando morre o penúltimo falante. A existência de uma última pessoa que ainda tem o conhecimento da língua em seu ecossistema mental não faz disso uma língua. Língua é interação (comunicativa) e, no caso, já não há com quem ele possa se comunicar em sua língua original.

Infelizmente, nas ciências sociais não é possível representar teoricamente determinadas descrições mediante fórmulas matemáticas, como a de Einstein $E = mc^2$ (energia é igual a massa vezes a velocidade da luz ao quadrado), a fim de convencer os céticos de que definir língua como instrumento de comunicação é reificá-la, pois instrumento é uma coisa. Por exemplo, a faca é um instrumento que utilizamos para descascar frutas, entre outras finalidades. A língua, ao contrário, é a própria comunicação, ou interação comunicativa. Por isso, Couto (2022, p. 102) se valeu da acronímia, propondo que “a língua não é uma coisa, é motraive)” (L=MOTRAIVE). No caso, MOTRAIVE quer dizer “modo tradicional de interagir verbalmente”. Sempre que alguém desejar saber o que a expressão “a língua é motraive” significa basta procurar o que está por trás de “motraive”. O que vai encontrar é que “língua é o modo tradicional de interagir verbalmente”.

Duas raras e honrosas exceções à concepção das regras interacionais como subordinadas às regras sistêmicas na tradição linguística ocidental são dois linguistas romenos que tomaram rumos inteiramente diferentes um do outro, mas sempre vendo a língua como comunicação. Trata-se do linguista geral Eugenio Coseriu (1967, 1979) e da psicolinguista Tatiana Slama-Cazacu (1982, 1983). As ideias do primeiro estão comentadas em Silva (2022); as da segunda, em Fernandes (2022). Mais famoso que eles é Mikhail Bakhtin, embora Lev Jakubinskij devesse vir em primeiro lugar. O primeiro é muito conhecido até mesmo em outras áreas, como a literatura e a semiótica. No Brasil ele é bastante popular (BAKHTIN, 1981). Jakubinskij é pouco conhecido entre nós, mas sempre defendeu a ideia de língua-como-interação, certamente seguindo a filosofia dialético-materialista e a teoria da ação-reação do behaviorismo americano, antes mesmo de Bakhtin, cujas ideias foram influenciadas pelas dele (IVANOVA, 2003). Em português há pelo menos um livro de Jakubinskij (JAKUBINSKIJ, 2012), com Prefácio e Apresentação de Irina Ivanova. O livro está resenhado em *ECO-REBEL* volume 4, número 1, 2018. O problema com Bakhtin e Jakubinskij é que eles se ativeram à teoria.

É preciso lembrar sempre que na linguística ecossistêmica o termo “gramática” se refere à organização interna dos enunciados que emergem dos fluxos interlocucionais, como os do fluxo interlocucional da seção 4 e os demais mencionados em todo o artigo. Eles são os enunciados que o falante (F) envia ao ouvinte (O) no diálogo. Na verdade, organização não é o mesmo que “estrutura”, embora possa contê-la: estrutura é um recorte feito em um segmento da organização, encarado estaticamente. Por isso, os praticantes de LE preferem o conceito de organização sistêmica, conceito que fica implícito sempre que usam o termo “gramática”. Na prática, a LE olha para a organização sistêmica do enunciado aproximadamente nos termos da linguística

ECO-REBEL

neurocognitiva (LAMB, 1999; COUTO, 1982) e, sobretudo, da linguística sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2014), de forma adaptada, é claro.

Os fenômenos do português urbano/estatal poderão ser levados em conta também porque a LE não tem preconceito contra eles; ela olha para o objeto língua como um todo, holisticamente. Porém, daremos preferência a alguns fenômenos tradicionalmente considerados “periféricos”, pois, geralmente eles são ignorados nas gramáticas tradicionais.

Na seção 2, discutiremos o conceito de gramática na LE. Na seção 3, tentaremos deixar claro o que se entende por regra na linguística ecossistêmica, juntamente com outros conceitos importantes para o que será discutido em seguida. A seção 4 está dedicada ao diálogo, ao fluxo interlocucional, que é a língua em uso. Ela será seguida da seção 5, dedicada às regras interacionais. A partir da seção 6 serão comentadas brevemente algumas das questões de “gramática”, ou de regras interacionais sistêmicas que constituem a organização sistêmica da língua portuguesa falada no Brasil: sintáticas na seção 6; morfológicas, na 7; fonético-fonológicas, na 8. Na seção 9 falaremos um pouco do léxico, pois ele é um componente importante da língua como enfatizaram Sapir (2016) e Clark (1993), entre muitos outros. Utilizando a palavra “sapato” como exemplo, a seção 10 discutirá a grande diversidade de manifestações fonéticas pelas quais as palavras podem aparecer, dependendo do contexto. A seção 11 será dedicada a três tipos de expressões e palavras altamente negligenciadas pelas gramáticas tradicionais, a despeito de serem relativamente frequentes em qualquer diálogo, ou seja, as exclamações, interjeições e onomatopeias. Além de ressaltar sua importância em uma gramática ecossistêmica, serão mostradas algumas afinidades existentes entre elas: todas elas contribuem para língua-como-interação, embora não necessariamente para língua-como-sistema. A seção 12 tangenciará quatro tipos adicionais de expressões muito frequentes nas interações comunicativas: as formas de tratamento, os cumprimentos/saudações e despedidas, os marcadores interlocucionais e, finalmente, os componentes não verbais da comunicação. Na seção 13 vêm as observações finais, que lembram que nem todas as questões que precisam ser investigadas da perspectiva linguístico-ecossistêmica foram abordadas no ensaio. É o caso do vocativo, do modo verbal imperativo e o maternalês (*baby talk*), que ficam para investigações futuras, provavelmente nos dois livros em gestação. Afinal, para a LE a língua não é instrumento de comunicação, mas a própria comunicação, e tudo que aparece nos atos de interação comunicativa faz parte dela.

Esta introdução já está bastante longa, mas gostaríamos de lembrar que a ecolinguística – e com ela a linguística ecossistêmica – surgiu para mostrar aos linguistas que eles podem, e devem, praticar sua ciência da perspectiva da visão ecológica de mundo (VEM). Isso não implica deixar de fazer o que vinham fazendo antes, mas fazê-lo a partir dessa nova perspectiva. A degradação do meio ambiente em que vivemos não é mera lenga-lenga de ambientalistas ecochatos. Tempos atrás vimos a informação de que desde o surgimento da espécie humana na face da terra até 1953 o aumento populacional foi menor do que de 1953 até os dias atuais. A consequência disso é que a intervenção humana na natureza está ultrapassando os limites do assimilável por ela. Algumas provas disso são as temperaturas extremas, com excesso de frio em alguns casos e excesso de calor em outros. Os incêndios, as secas e as enchentes (às vezes com deslizamentos de terra) de proporções cada vez mais devastadoras estão aí para todo mundo ver. No sul do Brasil tivemos a novidade de ciclones tropicais, com ventos acima de 140 quilômetros por hora, derrubando árvores, casas e tombando grandes caminhões. Tomara que não venhamos a ter tornados, como os que devastam cidades inteiras nos Estados Unidos. A luta para evitar o fim da vida na face da terra já devia ter começado há muito tempo. Mesmo assim, devemos começar a fazer o que ainda for

possível para evitar que as futuras gerações não tenham as mínimas condições de sobrevivência. Uma atitude dos linguistas seria abandonar o antropocentrismo arraigado em nossa cultura como algo bom (somos os reis da criação!) e passar a olhar para a vida como um todo (humana, animal, vegetal e suas bases físicas). Como disse o ecologista, filósofo e ecolinguista alemão Peter Finke, devemos passar para o gaiaceno porque o antropoceno falhou (FINKE, 2022, p. 59-84).

2. O que se entende por gramática ecossistêmica

Antes de entrar no cerne da questão gostaríamos de esclarecer o que se entende por gramática ecossistêmica. Como o próprio adjetivo já deixa entrever, trata-se da descrição das regras sistêmicas – na verdade, regras interacionais sistêmicas, como veremos logo abaixo – de determinada língua, no caso o português brasileiro, de uma perspectiva ecossistêmica, que é a da linguística ecossistêmica, brevemente apresentada na seção 3.

Na literatura disponível, pode-se ver que já se falou em “gramática ecológica”, “eco-gramática” (ou “ecogramática”) e em “sistema de ecogramática”. De acordo com seus proponentes, esta última é “um arcabouço formal para o estudo de ecossistemas, constituídos por uma comunidade de agentes em seu meio ambiente”. O objetivo seria “uma compreensão da vida e dos sistemas vivos (sistemas de agentes vivos) como uma estrutura”. Os autores lembram que é preciso “aceitar a ideia de que a vida, os organismos vivos e os sistemas de organismos vivos podem ser investigados em um nível simbólico, com ênfase na *sintaxe*” [realce dos autores] (CSUHAJ-VARJÚ et al., 1997, p. 1). Vale dizer, o objetivo é investigar simulacros de ecossistemas em sua “*sintaxe*”, num nível exclusivamente formal, a ponto de fazerem parte do que chamam de “vida artificial” (p. 12). Em suma, trata-se de uma proposta que não tem muita serventia para nós. Os demais trabalhos mencionados em geral ficam em um nível apenas teórico, não chegam a descrições concretas de fatos de línguas reais, exceto o pouco que se fez na Escola Ecolinguística de Odense, Dinamarca (BANG, DØØR, 2007; STEFFENSEN, 2008).

Na linha da chamada gramática estratificacional, atualmente linguística neurocognitiva, se vem fazendo desde final da década de sessenta do século passado algo que se aproxima de nossa concepção de gramática ecossistêmica, como se pode ver no proponente da teoria Sydney Lamb (1999). Em 1973 o ecolinguista e seguidor dessa teoria Adam Makkai propôs o que chamou de “pragmo-ecological grammar” (MAKKAI, 1993, p. 15-100). Aliás, este livro contém diversas tentativas de análises de fenômenos de gramática e outros como “redes de inter-relações”. Pena que eles não deram o passo seguinte, que é ver essas redes de inter-relações como um organismo, melhor, como redes de interações orgânicas.

A psicolinguista romena Tatiana Slama-Cazacu também tentou levar em conta tudo que entra nos atos de interação comunicativa que ocorrem em um fluxo interlocucional. Isso pode começar a ser visto nos seus conceitos de “*sintaxe mista*” e “*sintaxe dialogada*” (SLAMA-CAZACU, 1983). O grande problema com todos esses precursores é que veem a língua como instrumento de comunicação, com o que a reificam. A linguística ecossistêmica por seu turno vê a língua não como instrumento de comunicação, mas como a própria comunicação. Afinal, ela é equiparada às interações que se dão no ecossistema biológico.

Gramática ecossistêmica é aquela que expõe os fatos da linguagem que emergem dos atos de interação comunicativa reais dos membros da comunidade, que é um ecossistema linguístico, usando o arcabouço teórico-metodológico da linguística ecossistêmica como proposta em Finke

(1996), Trampe (1990, 1996), Strohner (1996), na chamada Escola Ecolinguística de Odense, Dinamarca (BANG; DØØR, 2007), e como vem sendo sistematizada desde Couto (2015) e Couto & Couto (2015). A hologramática, ou gramática ecológica de Steffensen (2008), do grupo dinamarquês, também antecipa algumas das ideias que aqui serão discutidas, embora ele se interesse mais pela teoria do que por uma visão mais abrangente dos fatos da língua. Em português já existe uma grande quantidade de publicações sobre LE, a começar das duas recém-mencionadas. Como o ecossistema biológico que, depois de delimitado pelo ecólogo, é considerado holisticamente, a gramática ecossistêmica também olha para a língua em sua inteireza, holisticamente, não deixando de lado nada que seja usado em atos de interação comunicativa, nem mesmo aqueles fenômenos que só surgem em situações bem específicas, fato previsto na epígrafe de Jakubinskij. Por isso, ela inclui todas as variedades da língua, desde as mais coloquiais até as mais formais, como as do português urbano e do estatal, desde as “periféricas” – como as rurais, as exclamações, as interjeições, as onomatopeias e os meios não verbais – até as descritas nas gramáticas normativas e nas expositivas, inclusive a variedade lusitana. A visão holística da língua não exclui nenhuma delas de sua imensa diversidade de manifestações, mesmo que, por razões operatórias, o investigador tenha que fazer um recorte microscópico na imensa diversidade da rede de interações que é a língua. Cada investigador individual estuda um galho sem esquecer que ele é parte de uma árvore, cõscio de que o ideal seria estudar toda a árvore.

A gramática ecossistêmica é uma hologramática, para usar o termo de Steffensen (2008). Isso significa que, por ter suas bases epistemológicas no ecossistema biológico, ela se dedica aos ecossistemas linguísticos com tudo que implicam, não deixando nada de fora, pois o ecólogo e o linguista ecossistêmico olham para o ecossistema que delimitam para estudar em sua inteireza, holisticamente, mesmo que tenha que fazer recortes para estudos parcelares em seu interior. Do ecossistema biológico Morin (2007, p. 27) disse o seguinte: “O ecossistema [...] não tem nenhum centro de controle, nenhuma cabeça reguladora, nenhum programa genético”. O mesmo vale para os ecossistemas linguísticos. Quem os estuda leva em conta tanto a variedade da língua a que pertencem expressões da interação de (1) quanto as da (2).

(1)

-A: *Cê trôxe o livro pra mim?*

-B: *Não, mais vô trazê ele amanhã pr'ocê.*

(2)

-A: *Trouxeste-me o livro?*

-B: *Não, porém, trar-to-ei amanhã.*

A hologramática da LE não deixa de lado os fenômenos que vêm sendo estudados pelas gramáticas expositivas e ensinados nas escolas, por um lado, nem o dialeto rural (1), nem o dialeto lusitanizante (2). Ela inclui no âmbito de seu objeto de estudo desde as variedades dos ecossistemas linguísticos populares e rurais (1) até as da comunidade de fala máxima constituída pela comunidade de língua portuguesa, desde que ocorram em algumas situações específicas, por mais restritas que sejam. Para os objetivos aqui colimados, todas essas variedades fazem parte da grande diversidade linguística brasileira e, como sabemos pela ecologia, diversidade é riqueza. A LE não tem preconceito contra variedade linguística representada em (1), como têm alguns gramáticos e filólogos lusitanófilos, nem contra as representadas em (2), como alguns linguistas cuja ideologia está enviesada por uma postura esquerdista fundamentalista. De um lado, preconceito contra a “língua culta”; de outro, preconceito contra o que consideram “língua inculta”. A LE não

tem preconceito, linguístico ou não. Enfim, nada do que de alguma forma pode ser visto na comunidade de fala brasileira é ignorado pela gramática ecossistêmica, mesmo que cada investigador individual não consiga se dedicar a tudo ao mesmo tempo.

É impossível a um único investigador dar conta de tudo que ocorre numa comunidade linguística (de língua e de fala). Por isso será feito um recorte, com o foco direcionado para o que tem sido negligenciado ou pura e simplesmente ignorado pelas gramáticas tradicionais. Mesmo assim, serão tangenciados apenas alguns poucos fenômenos, pois a intenção não é fazer uma descrição exaustiva, mas sugerir um novo modo de se olhar para a linguagem. Na verdade já existem alguns trabalhos pontuais de linguistas que tratam de uma ou outra das questões aqui ventiladas, porém, não da perspectiva linguístico-ecossistêmica. No caso da gramática da linguagem rural, ela será mais expositiva, mas, sempre vendo a língua como algo orgânico, dinâmico.

3. A linguística ecossistêmica e o conceito de regra

Uma vez que gramática é constituída basicamente de regras, no caso, regras interacionais sistêmicas, faz-se necessário caracterizar o conceito de regra. Antes de falar delas, porém, é preciso apresentar pelo menos o essencial do modelo teórico de que fazem parte, a linguística ecossistêmica, que tem esse nome por razões óbvias: ela erige suas bases epistemológicas partindo do conceito central da ecologia biológica, o ecossistema.

O ecossistema biológico é composto de uma população (P) de organismos em seu *habitat*, meio ambiente ou território (T) e as interações (I) de seus membros entre si e com o próprio território. O ecossistema linguístico tem a mesma configuração: ele consta de uma população/povo (P) cujos membros vivem e convivem em seu território (T) e interagem pelo modo tradicional de interagir, que é sua língua (L). O L de língua no lugar do I de interação já aponta para o fato de que língua é o modo pelo qual os membros de uma comunidade de língua interagem entre si, tendo em mente que a comunidade de língua é um ecossistema linguístico (COUTO, 2015, p. 61-62).

Não é necessário apresentar de novo toda a teoria da LE, pois ela já se encontra pormenorizadamente discutida em diversas publicações. A primeira delas no Brasil foi Couto (2015), que, como adiantado acima, seguiu as propostas de Finke (1996), Strohner (1996), Trampe (1990, 1996) e Bang & Døør (2007). A variante da LE chamada análise do discurso ecossistêmica – antes chamada de análise do discurso ecológica (ADE) –, está apresentada em Couto & Couto (2015) e em Couto, Couto & Borges (2015). Este último livro contém também um capítulo expondo a linguística ecossistêmica. De forma mais atualizada, a ADE está exposta em Couto (2020). De qualquer forma, vamos apresentar alguns dos principais conceitos linguístico-ecossistêmicos, com ênfase nos que são utilizados neste ensaio.

O ecossistema linguístico já foi apresentado, porém, vamos examiná-lo macroscopicamente e microscopicamente. Da primeira perspectiva, ele pode ser visto como ecossistema integral da língua por conter três outros em seu interior. São eles o ecossistema natural, o mental e o social, que, justamente por serem ecossistemas, também apresentam as facetas P, T e L, que recebem um índice (1, 2, 3) a fim de diferenciar os três níveis. No ecossistema natural da língua, P é constituído por pessoas de carne e osso (P₁); T é o espaço físico em que vivem (T₁), sua terra; L é formada pelos componentes físicos e biológicos da língua em questão. No ecossistema mental da língua, os agentes são os neurônios (P₂) situados no cérebro, que constitui o *locus*, o território (T₂) desse ecossistema. Nessa dimensão, língua é constituída pelas interações que se dão entre esses neurônios na formação, armazenamento e uso da linguagem (L₂). É nele que estão inscritas as regras interacionais juntamente com as sistêmicas, ou seja, a língua e as normas de seu uso.

Finalmente, o ecossistema social da língua consta da totalidade dos usuários da língua como seres sociais (P_3), cujas interações se dão mediante o fenômeno social da linguagem (L_3). O território (T_3), o *locus* das interações sociais entre esses seres sociais é a sociedade.

A visão microscópica focaliza em determinado fenômeno específico que emerge da ecologia da interação comunicativa. Entre esses fenômenos temos o fluxo interlocucional (seção 4) e as regras interacionais (seção 5). Como as RI incluem as RS, aqui entra tudo aquilo que a tradição tem chamado de gramática, com todas as suas subdivisões, como a sintaxe, a morfologia e a fonética-fonologia, estudadas nas seções 6, 7 e 8, respectivamente, mais abaixo. Porém, a visão microscópica da LE trata também de fenômenos que têm permanecido invisíveis à tradição gramatical, tais como exclamações, interjeições e onomatopeias (seção 11), além dos que são apenas tangenciados na seção 12 e não foram totalmente ignorados pelos linguistas.

O ecossistema integral da língua pode ser focalizado da perspectiva da comunidade de língua e da comunidade de fala. A primeira é a língua vista macroscopicamente, de modo que a comunidade de língua do português compreende Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A segunda, a comunidade de fala, resulta de um afunilamento paulatino da perspectiva. Ela é o ecossistema linguístico que tem mais afinidades com o biológico, pois, como ele, é delimitada pelo investigador, podendo ir desde uma comunidade de fala máxima – que coincide com a comunidade de língua – até a comunidade de fala mínima, constituída por duas pessoas em diálogo, passando por outras de tamanhos os mais variados como o Brasil como um todo, a comunidade de fala de Minas Gerais, a do município de Patos de Minas, a do povoado de Major Porto, uma rua qualquer desse povoado, uma família desse povoado até os participantes de um diálogo. O importante é que em todos esses casos temos os ingredientes P, T e L. É importante ainda ressaltar que o Brasil como um todo é uma comunidade nacional, conceito que permite começar a entender a questão do espanhol nas Américas: existe a comunidade de fala mexicana, a argentina, a colombiana, a boliviana etc., como partes da comunidade de língua espanhola.

Para a linguística ecossistêmica a língua não é instrumento de comunicação nem expressão do pensamento propriamente ditos; ela é diretamente comunicação e expressão do pensamento, ao mesmo tempo. Nós nos comunicamos pensando e pensamos comunicando, ações que são homólogas das interações ecológicas organismo-organismo e organismo-mundo, respectivamente. Língua é o modo de os membros de uma comunidade se comunicarem verbalmente entre si, é o conjunto de hábitos comunicativos vigentes entre os membros dessa comunidade. Por isso, tudo na língua é visto da perspectiva da interação, mais especificamente, da interação comunicativa. Por esse motivo a LE põe em primeiro lugar as regras interacionais, que, juntamente com o fluxo interlocucional (diálogo), constituem o núcleo da língua. As regras sistêmicas, que subjazem ao que se chama tradicionalmente de gramática, são um subconjunto das regras interacionais, vale dizer, também elas são interacionais, como se pode ver na seção 5.

Por ser multidisciplinar e multimetodológica, a LE precisa usar uma metodologia (a ecometodologia) que permita ao investigador manter sua identidade, seu ponto de partida ecológico, ao investigar (ou ter um especialista investigando) determinado tópico microscópico da língua. A ecometodologia se baseia fundamentalmente na proposta de Garner (2004) – método da focalização –, que usa a metáfora da câmera que pode fazer um *zoom* ou *close* de algo microscópico a fim de analisá-lo em pormenor e, depois recuar, no caso, à posição holística da visão ecológica de mundo seguida pela LE. Nesse momento se interpretam e avaliam os resultados obtidos. Em Couto (2018a) esse procedimento está historiado e exposto detalhadamente. Para a LE o mais importante não é coletar os dados, mas analisá-los, avaliá-los e interpretá-los. Em suma, a análise de dados concretos pontuais é feita mediante o microscópio de teorias específicas (sintaxe gerativa,

ECO-REBEL

teorias morfológicas, teorias fonológicas, sociolinguística variacionista, pragmática, funcionalismo etc.). A avaliação e interpretação dos resultados obtidos mediante esses modelos teóricos é feita pelo telescópio da visão ecológica de mundo da linguística ecossistêmica. Como já vimos, o mais importante para a LE não é a análise dos dados, mas sua interpretação.

Não pode ser esquecido também o conceito de *comunhão*. Em consonância com sua origem na religião e enriquecido pela interpretação que lhe deu Malinowski (1972), o conceito vai muito além da troca de enunciados. Ele indica um estado mental de compartilhamento de sentimentos, de desejos, ou seja, um estado mental de solidariedade, uma predisposição para interagir comunicativamente. No caso da ecologia da interação comunicativa, para que duas pessoas (A, B) dialoguem verdadeiramente, ou seja, se comuniquem, é necessário que entrem em *comunhão*, que ambas estejam predispostas para isso, numa atitude de boa vontade, de solidariedade, se possível com um leve sorriso nos lábios. Algumas das regras interacionais da seção 5, como as de número 5 a 10, são de *cunho comunal*, ou seja, visam à *comunhão*. Como frequentemente se diz na literatura sobre LE, sem *comunhão* não há comunicação.

A LE se insere no que Fritjof Capra chamou de “novo paradigma científico”, ou paradigma ecológico, que vê seu objeto de estudo como um todo orgânico. Esse paradigma parte de cinco princípios. O primeiro princípio diz respeito às relações entre a parte e o todo. “No paradigma científico mecanicista clássico, acreditava-se que, em qualquer sistema complexo, a dinâmica do todo podia ser entendida a partir das propriedades das partes”. “Portanto, a regra era: para compreender qualquer sistema complexo, nós o dividimos nos pedaços que o compõem”, com o que podemos chegar a “blocos de construção fundamentais”. Porém, a natureza se apresenta “como uma rede de relações, e que, em última instância, não há quaisquer partes nessa teia de interconexões” porque no novo paradigma “o todo é a coisa fundamental”. No caso da linguagem, é preciso partir da comunidade de língua, para abordagens macroscópicas, ou da comunidade de fala, no seio da qual se pode investigar a ecologia da interação comunicativa e seus componentes, como os enunciados e suas partes, para estudos microscópicos.

O segundo princípio tem a ver com a ideia de língua como organização, não como estrutura rígida. Nas palavras de Capra, trata-se de “uma mudança do pensamento em termos de estrutura para o pensamento em termos de processo”, como ocorre nos organismos. Ele acrescenta que “no novo paradigma, pensamos que o processo é primário, que cada estrutura observada é uma manifestação de um processo subjacente”. Com isso, as representações límpidas da “estrutura” de uma oração na gramática gerativa (organização sistêmica) são uma abstração do que foi efetivamente proferido em um ato de interação comunicativa (organização interlocucional), sendo que as duas organizações são partes, cada uma, de uma imensa rede de interações orgânicas.

O terceiro princípio é uma “mudança da ciência objetiva para uma ciência *epistêmica*”. “No novo paradigma [...] o entendimento do processo de conhecimento” deve ser incluído “explicitamente na descrição dos fenômenos”. Portanto, o resultado de uma tentativa de expor os fatos da “gramática” do português depende do modelo teórico adotado pelo pesquisador. Para a gramática gerativa questões como interjeições e onomatopeias – para não falar de mímica, paralinguagem, proxêmica etc. – não teriam nada a ver com a língua, ou seja, com sua língua-i. No entanto, esses fenômenos são muito frequentes nos atos de interação comunicativa quotidianos, logo, devem ser incluídos em uma exposição da “gramática” da língua em questão.

O quarto princípio “diz respeito à antiga metáfora do conhecimento como um edifício, uma construção”, vale dizer, uma estrutura. Essa construção ou estrutura pressupõe princípios e elementos fundamentais, manipuláveis por leis lógicas. No novo paradigma “não haverá quaisquer alicerces”, que devem ser substituídos “pela metáfora da rede”. Nas seções em que falamos das

ECO-REBEL

regras sistêmicas sintáticas e morfológicas encontram-se algumas tentativas de ver fenômenos da língua-como-sistema em termos de redes.

Por fim, o quinto princípio defende uma “Mudança de descrições verdadeiras para descrições aproximadas”, o que de certa forma confirma o que disse Perini acima. “O paradigma cartesiano baseava-se na crença da certeza do conhecimento científico”, pois se acreditava que se estava fazendo descrições objetivas. “No novo paradigma, reconhece-se que todos os conceitos e teorias científicas são limitados e aproximados. A ciência nunca poderá proporcionar um entendimento completo e definitivo”, quando não porque vemos de nosso objeto de investigação apenas o que nosso limitado modelo teórico consegue captar.

Mais tarde, Capra acrescentou não um novo princípio, mas “uma defesa”, no sentido da “mudança de uma atitude de dominação e controle da natureza, incluindo os seres humanos, para um comportamento cooperativo e de não violência” (CAPRA, 2002, p. 244-248). Essa “defesa” tem tudo a ver com a tolerância para com a diversidade linguística, sobretudo as variedades populares e rurais, bem como sugere uma nova postura no ensino da língua, seguindo princípios que já eram defendidos por Paulo Freire. No caso da análise do discurso ecossistêmica, trata-se de intervenção em prol da vida na face da terra. Todos esses princípios estão mais bem desenvolvidos e discutidos em Capra & Steidl-Rast (1998).

A ideia de princípio tem muito a ver com a de regra como é entendida na LE. Na verdade, o termo “regra” não é o melhor que se poderia ter. Termos como “convenção”, “hábito”, “estratégia” e “padrão” (como o inglês *pattern*), talvez sejam melhores, uma vez que implicam que se trata de diretrizes que emergem de atos de interação comunicativa concretos. Em sua *Gramatiquinha*, Mário de Andrade sugeriu “Não falar nem uma vez em regras. Nem tão pouco em normas se possível. Falar só em “Constâncias”” (ANDRADE, 2022, p. 120). Elas emergem de baixo para cima, do uso para o sistema, da fala (*parole*) para a língua (*langue*), por convenção da maioria dos falantes, não pela subordinação dos usuários aos gramáticos normativos. É justamente a isso que visam as regras interacionais. Nos termos do linguista Patrick Sériot, trata-se de regra-regularidade, não de regra-regulamento (SÉRIOT, 1986, p. 143).

Na seção 5 pode-se ver que as regras sistêmicas são o subconjunto número 18 das regras interacionais que formam o que se tem chamado de “gramática”. Na verdade, “a língua não é meramente *estruturada*; ela é *organizada*” (STEFFENSEN, 2008, p. 101) porque estrutura é estática. Por isso, a LE prefere os conceitos de organização, em consonância com o princípio número 2 de Capra: “mudança de sistema para processo”. No nível microscópico, trata-se de redes de interações orgânicas (RIO), pois no ecossistema mental dos falantes os fenômenos sintáticos, morfológicos e fonético-fonológicos não estão estruturados linearmente em estratos ou níveis. Pelo contrário, tudo entra em conexão em todas as direções. Isso vale inclusive para o léxico e a semântica. As RIO são como os rizomas de Deleuze & Guattari (2000). Na seção 8 é apresentada uma inter-relação entre fonética-fonologia e sintaxe. Como dizem Bundsgaard & Steffensen (2002), endoecologicamente é preciso levar em conta não apenas as relações do interior de cada construção ou as dela com as que lhe são adjacentes, como se faz na linguística tradicional, mas também as extrarrelações, as interações dela com o contexto extralinguístico. Os autores falam em intrarrelações, inter-relações e extrarrelações.

É preferível olhar para a língua como um organismo a vê-la como mera estrutura lógica porque o organismo é aberto e dinâmico, ele vive, age e interage no seio do ecossistema de que faz parte. É justamente a interação do organismo humano com outros organismos e com o meio no interior do ecossistema linguístico que deve ser ponto de partida para o estudo da linguagem. Tanto que Strohner (1996) prefere a “metáfora do ecossistema” à “metáfora do computador”. Como se vê resenhado por Trampe (1990, p. 50ss, 81ss), a ideia de língua como organismo vem desde pelo

ECO-REBEL

menos Herder (1744-1803) e teve um grande defensor em August Schleicher (1821-1868), a despeito da visão biologizante e reificante dessa tradição. Porém, mesmo em termos de “metáfora do organismo”, já podemos falar em “metabolismo da língua”, ou seja, que ela é dinâmica, aberta, com interações não apenas endoecológicas (intranível e internível) mas também exoecológicas (extranível, contextuais). Essa concepção a vê como algo dinâmico, uma vez que língua é interação (comunicativa), não apenas um conjunto de regras estáticas, um programa de computador para produzir frases gramaticais. Quem primeiro falou em língua como comportamento no meio ecolinguístico foi o psicolinguista behaviorista Kurt Salzinger (1979). Para críticas à concepção de língua como organismo e a favor de “língua como comportamento/atividade” no ecossistema, pode-se consultar Comellas-Casanova (2006, p. 89-93). Infelizmente, porém, as teorias linguísticas de maior aceitação no meio acadêmico tendem a ver a língua como um sistema fechado de regras formais, um sistema computacional para produzir frases gramaticais de modo 100% neutro.

Por ver a língua como organização em vez de estrutura, aquilo que nos começos da gramática gerativa foi chamado de “estrutura profunda” ou “estrutura subjacente”, na LE é visto como organização sistêmica, que representa a intenção do falante. Em vez de “estrutura superficial”, o que o falante efetivamente profere, a LE fala em organização interlocucional. Por olhar para a língua de uma perspectiva holística, a LE não ignora nem exclui a visão sistêmica. Pelo contrário, ela reconhece que por trás da organização interlocucional (o que o falante efetivamente profere), temos a organização sistêmica. A maior novidade consiste no fato de a LE reconhecer uma rede de interações orgânicas (RIO) por trás da organização sistêmica, que está em sintonia com o novo paradigma científico. A organização sistêmica seria aproximadamente o “plano” da visão rizomática de Deleuze & Guattari (2000) (ver também MADEIRA, 1994; COUTO, 2018b). Nos estruturalismos, sobretudo o da gramática gerativa, não há a dimensão das RIO. Sinopticamente temos (COUTO, 2021, p. 126):

Gramática Gerativa

estrutura superficial
estrutura profunda
.....

Linguística Ecossistêmica

organização interlocucional (o que falante efetivamente profere)
organização sistêmica (intenção do falante)
rede de interação orgânica (RIO)

A organização sistêmica da maioria das línguas tem sido subdividida em três sub-organizações sistêmicas. São elas a sintática, a morfológica e a fonético-fonológica, que, mesmo sendo sistêmicas, são também interacionais. Subjacente aos fenômenos de cada uma delas há uma RIO. Na figura a seguir temos uma tentativa de representação das interações entre as três sub-organizações (OI = organização interlocucional, OS = organização sistêmica, RIO = rede de interações orgânicas).

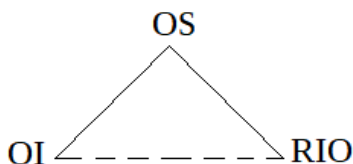


Fig. 1

A figura mostra que por trás da organização interlocucional (OI) está a organização sistêmica (OS) que, por seu turno, se liga a uma rede de interações orgânicas (RIO), o que significa que RIO se

ECO-REBEL

relaciona com OI normalmente por intermédio de OS. A RIO está ao lado da OI, mesmo não se relacionando diretamente com ela, porque ambas podem desobedecer, e desobedecem, a ordem lógica da OS: a RIO é multidimensional; a OI, tridimensional. A OS está associada às duas, embora seja apenas bidimensional. No que tange às teorias linguísticas, a LE é multidimensional, a linguística neurocognitiva é tridimensional e a gramática gerativa é bidimensional, como já se pode vislumbrar nas árvores gerativas.

As regras sistêmicas preveem todas as construções possíveis da língua. Aí estão incluídas não apenas as formas ativadas, mas também as inativadas, a despeito do fato de a palavra “forma” não ser a mais apropriada. Formas ativadas são aquelas que estão em uso na comunidade de fala e inativadas aquelas que mesmo sendo previstas pelas regras sistêmicas, por fazerem parte do ecossistema mental dos falantes, ainda não foram usadas. Fala-se também em formas desativadas, que são os arcaísmos, e até em formas reativadas, ou seja, formas ou construções que deixaram de ser usadas por algum tempo e foram até esquecidas, mas, em determinado momento voltaram a ser utilizadas. A reativação inclui a reciclagem: quando o significado de uma palavra se transforma drasticamente, ela foi reciclada. Quem propôs os conceitos de ativado, inativado, desativado e reativado foi o ecolinguista húngaro-americano Adam Makkai (MAKKAI, 1993).

Como se pode ver nas seções 7 e 9, formas ativadas e inativadas são mais visíveis na morfologia e no léxico. Seria interessante investigá-las em textos literários produzidos ao longo do tempo, além das frases feitas, a fim de averiguar se, e como, elas existem nesse tipo de linguagem. A propósito das formas inativadas vale a pena ressaltar que quando uma delas é ativada (posta em uso) é considerada neologismo, o que não é inteiramente verdadeiro, pois ela já estava no ecossistema mental dos falantes (o conhecimento que têm da língua). As teorias formais, como as primeiras versões da gramática gerativa, tinham problemas com essas formas, pois, as consideravam casos de superprodução (*overgeneration*), ou seja, casos em que o *software* gerador de frases gramaticais não sabe como excluí-las, o que na verdade nem seria necessário.

Diante de tudo que acaba de ser dito nesta seção, podemos afirmar que toda e qualquer construção (sintática, morfológica, fonético-fonológica) que alguém usar e seu ouvinte não achar estranha na verdade já estava prevista pelas regras da língua, dentro do conceito de regra aqui adotado. Se a construção foi produzida é porque era produzível. Na verdade, os falantes da língua não produzem construções, mas as reproduzem (STEFFENSEN, 2008, p. 100). O ato de (re)produzir determinada construção consiste em pinçá-la (*retrieve it*) do acervo de provavelmente vários trilhões de construções (ativadas e inativadas) do ecossistema mental da língua. Parafraseando o Chacrinha, nós não as criamos, mas as copiamos. Isso vai frontalmente contra o antropocentrismo embutido na criatividade linguística de Chomsky.

Uma conclusão geral que podemos tirar de tudo que está discutido nesta seção é a de que cada uma das dimensões – sistêmica (OS), interlocucional (OI), reticular (RIO) – representa perspectivas pelas quais a língua pode/deve ser investigada. As dimensões sistêmica e reticular (em redes) requerem uma aproximação microscópica, como previsto no método da focalização de Garner (2004). A dimensão interlocucional está no nível de nossa percepção sensorial. Os fenômenos do nível das redes de interações orgânicas (RIO) só são acessíveis a uma teoria que parta do novo paradigma científico, no caso, o ecológico. Tanto que as onomatopeias – até certo ponto também as interjeições, a paralinguagem, a mímica e a proxêmica – permaneceram largamente invisíveis às gramáticas e aos modelos linguísticos tradicionais.

A LE é uma disciplina de caráter mais interpretativo do que descritivo. Ela oferece ao investigador

um arcabouço epistemológico (teórico, metodológico, filosófico) para a avaliação, análise e interpretação de dados que podem ter sido coligidos e descritos por modelos teóricos especializados, próprios para abordagens microscópicas. O arcabouço teórico é dado pela visão ecológica de mundo (VEM) que inclui a ecologia, na qual se insere a LE. Como isso é feito está detalhadamente explicitado em Garner (2004) e Couto (2018a). Vale dizer, se o praticante de LE não tem o conhecimento necessário para descrever e analisar o de que vai tratar, ele pode terceirizar essa tarefa a um colega especialista. De posse dos resultados, ele os interpreta da perspectiva abrangente, holística, ecológica da VEM. Se ele é proficiente no recorte da área que pretende investigar, ele próprio pode coletar, descrever, analisar e interpretar os dados.

Tendo tudo isso em mente, passemos em revista o fluxo interlocucional e, logo em seguida, as regras interacionais a que ele está sujeito.

4. Fluxo interlocucional

O fluxo interlocucional tem sido estudado por algumas teorias, como a análise da conversação (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 1974), que tem por base a etnometodologia (GARFINKEL, 1967). No Brasil um bom ponto de partida para o estudo dessa tendência é Marcuschi (1986). Existem outras teorias interlocucionais (ou interacionistas), tais como teoria da enunciação, teoria dos atos de fala, teoria da atividade verbal e outras, como se pode ver no apanhado geral de Koch (2004). Porém, todas elas veem a interação como algum tipo de aplicação do sistema. Para elas, a língua é um instrumento para a comunicação e, como vimos, instrumento é uma coisa. Por isso, a linguística ecossistêmica vê a interação comunicativa como o núcleo da linguagem, a ponto de subordinar as regras sistêmicas às regras interacionais, no espírito das ideias de Jakubinskij e Bakhtin.

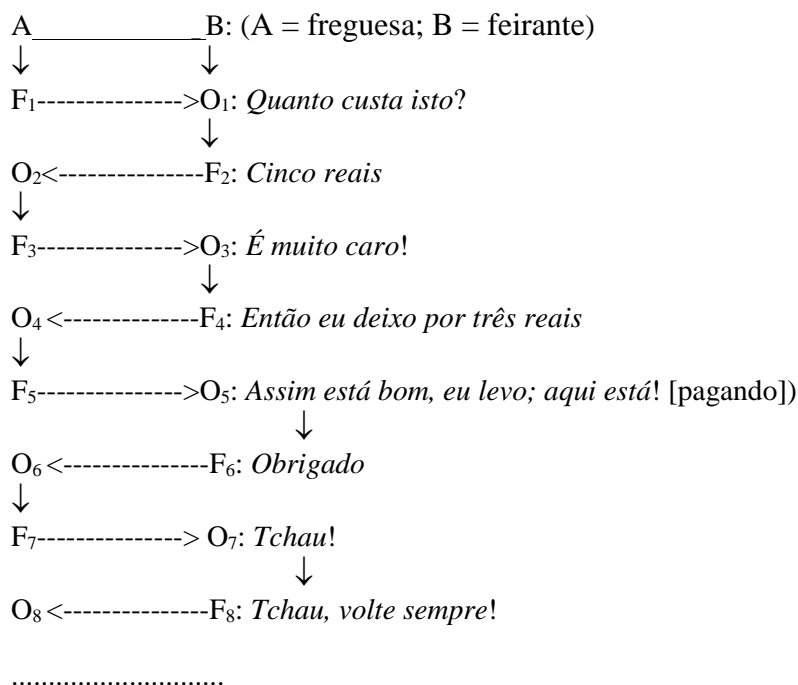
Mais comumente chamado de diálogo, o fluxo interlocucional se dá entre duas pessoas (A, B) da comunidade linguística *qua* comunidade de fala. No momento inicial, A é o falante (que faz uma solicitação) e B o ouvinte (que atende, satisfaz a solicitação), já convertido em falante, sendo essa díade inicial a célula da comunicação. A partir do segundo turno, os papéis vão se alternando, sucessivamente. Todo fluxo tem um início, mas o rumo que toma e a extensão que terá depende das circunstâncias de cada ecologia da interação comunicativa de que fizer parte. Esta compreende, além de A e B (representados no nível 1 por *eu* e *você/tu*, respectivamente), três *eles*: *ele₁*, o de que se fala; *ele₂*, tudo ou todos que estão no lado de ou diz respeito a A; *ele₃*, tudo ou todos que estão no lado de ou diz respeito a B. Como se pode ver em Couto (2021, p. 78-80), é de *eu*, *você (tu)*, *ele₁*, *ele₂* e *ele₃* que emergem todas as demais pessoas do discurso, também chamadas pronomes pessoais. Há também o cenário e o espaço-tempo em que a interlocução se dá, além do conhecimento compartilhado por A e B e o conhecimento específico de cada um deles.

Não podemos esquecer o que vai de A a B, a mensagem dos teóricos da comunicação ou a função textual de Halliday (2014), o enunciado. Já falei da interrogação, que é um dos tipos mais comuns de solicitação, e da resposta (afirmativa ou negativa), que é uma informação, formulada em uma oração declarativa. Porém, a solicitação mais geral, universal, é a ordem, que pode ser expressa até mesmo sem palavras. Em vez de dizer a alguém *Saia daqui!*, pode-se simplesmente empurrar a pessoa. Até os animais dão ordens mediante chifradas, empurrões, gritos etc. Existe também a solicitação vocativa. O vocativo é uma chamada de atenção do outro antes que se lhe envie uma ordem ou uma pergunta. Na verdade, o vocativo pode ser uma pré-pergunta (*João, onde você vai hoje?*), uma pré-informação, por exemplo, como resposta a essa pergunta (*Pedro, hoje eu vou a São Paulo*), uma pré-ordem, em geral formulada no modo verbal imperativo (*João, saia daqui!*) e

ECO-REBEL

uma pré-comunhão, que às vezes coincide com o vocativo, pois, ao chamar a atenção de João, no fundo Pedro deseja que ele entre em comunhão com ele a fim de fazer sua solicitação. Quando desejamos saber onde fica determinada rua em uma cidade estranha não viramos de chofre para o primeiro passante e dizemos: *Onde fica a rua Barão do Rio Branco?* Pelo contrário, é necessário usar uma pré-comunhão como *Amigo!*, *Por favor!* Quando ele se virar para nós, podemos fazer a solicitação-pergunta.

A título de exemplo, reproduzimos um diálogo que foi publicado em Couto, Couto & Borges (2015, p. 112), com ligeiras atualizações, onde se pode ver comentários sobre o fluxo. No caso, A é uma freguesa em uma feira de rua e B é o dono de uma barraca. Segundo a tradição, o falante pergunta e o ouvinte responde. Na verdade, falante fala e ouvinte ouve. O que acontece é que no início do diálogo A é realmente falante e B é realmente ouvinte, ou seja, F₁ e O₁, respectivamente. A partir daí eles vão trocando de papéis: quem era falante em um nível vira ouvinte no outro e quem era ouvinte num nível vira falante no nível seguinte. O fato é que quando o ouvinte reage à solicitação do falante se transforma em falante de nível 2, ou seja F₂. Os índices (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8) são usados para indicar os diversos níveis do fluxo interlocucional. As reticências finais indicam que o diálogo poderia ter tido continuidade. O fluxo interlocucional se desenvolve de forma espiralada, cíclica, de modo que quando o turno de B (como O₁) retorna a A, tem-se outro nível, o nível 2. No nível 3, A volta a ser falante (mas já como F₃) e B, a ser ouvinte (agora como O₃), e assim sucessivamente. Não se trata de um círculo, mas de um ciclo que se desenvolve em crescendo. Enfim, quem fala é sempre falante (F) e quem ouve é sempre ouvinte (O), só que o papel de F e O é exercido ora por A, ora por B.



Muito linguista pode achar que reconhecer diferença de níveis no diálogo é uma sutileza desnecessária, mas ela é necessária para enquadrar os diversos tipos de enunciados ou falas. Para começar, sabe-se que qualquer oração declarativa (afirmativa ou negativa) é resposta a uma solicitação, mesmo que implícita (MAAS, 1977), logo é um enunciado de F₂, ou seja, o ouvinte de

nível 1 que virou falante de nível 2. A exclamação normalmente é reação a uma asserção, portanto, é tipicamente um enunciado de falante de nível 3, ou seja, F₃. Excepcionalmente poderia ser também reação a uma pergunta de nível 1, com teríamos uma exclamação de F₂.

O fluxo interlocucional permite uma infinidade de inferências, mas, infelizmente, no momento isso não pode ser feito. Basta lembrar que toda oração afirmativa (asserção, informação), como a do nível 2, pressupõe uma pergunta, como a do nível 1, mesmo que seja uma pergunta implícita, tácita. Por exemplo, se o feirante tivesse afixado uma plaquinha com os dizeres “5 reais” no produto, antes e independentemente da chegada da freguesa, ele o teria feito porque sabia que qualquer pessoa que se interessasse por esse produto faria a pergunta “Quando custa isso?”. Por isso, ele antecipou a resposta. Segundo Maas (1977), toda afirmação/asserção é resposta a uma pergunta, é antecipação a ela, mesmo que ela esteja implícita ou tácita.

A exclamação é reação a uma informação (de nível 2) ou a constatação de um fato. Por isso, ela é um enunciado de nível 3. O estudo do fluxo interlocucional pode levar a conclusões importantes para o conhecimento da língua-como-interação. Está faltando alguém que o estude minuciosamente. Passemos às regras interacionais que subjazem a ele.

5. Regras interacionais

As regras interacionais subjazem às interações comunicativas, às interlocuções. Por isso elas têm sido reproduzidas em diversas publicações em linguística ecossistêmica e análise do discurso ecossistêmica. Mesmo assim decidimos incluí-las novamente aqui devido à sua importância no contexto das duas disciplinas. Em todo o presente ensaio elas são mencionadas a todo instante. Afinal, as regras sistêmicas, que são o nosso objeto principal, são parte delas. O número 18 na verdade não contém meramente uma 18ª regra, mas um conjunto de regras, a totalidade das regras sistêmicas. Ele representa tudo aquilo que a tradição chama de “gramática” de uma língua, as sub-regras interacionais sistêmicas sintáticas, morfológicas e fonético-fonológicas. A relação entre as regras interacionais em geral e as regras sistêmicas pode ser representada como na figura a seguir

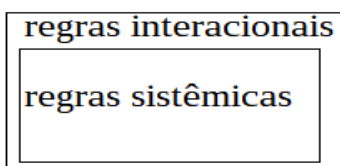


Fig. 2

Uma prova inicial de que as regras sistêmicas são também interacionais é o fato de que, em *O menino vê a menina*, a locução *O menino* está antes do verbo e *a menina* depois dele para informar ao ouvinte quem viu quem, ou seja, para o entendimento na interação comunicativa, não necessariamente para produzir uma frase gramatical. Mais, o artigo definido masculino *o* vem antes de *menino* e o feminino *a* antes de *menina* para informar ao ouvinte que se trata de pessoas que ele sabe quem são. Se esses artigos viessem em outra posição, após o nome, por exemplo, não saberíamos que se referem a ele. Fenômenos estritamente sintáticos aqui são o fato de o primeiro artigo estar no masculino e o segundo no feminino para concordarem com os substantivos *menino* (masculino) e *menina* (feminino), respectivamente, além da concordância do verbo (*vê*) com a locução nominal sujeito (*O menino*). Passemos à lista das 18 regras interacionais.

ECO-REBEL

- 1) Falante e ouvinte ficam próximos um do outro; a distância varia de uma cultura para outra ou conforme as circunstâncias.
- 2) Falante e ouvinte ficam de frente um para o outro.
- 3) Falante e ouvinte devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.
- 4) Falante deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível.
- 5) A uma solicitação deve corresponder uma satisfação.
- 6) Tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza.
- 7) A solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação (*por favor, oi etc.*).
- 8) Tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.
- 9) Se o assunto da interação for sério, falante e ouvinte devem aparentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.
- 10) Falante e ouvinte devem manter-se atentos, “ligados” durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.
- 11) Durante a interação, falante e ouvinte de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda “estão na linha”.
- 12) Em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa e encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.
- 13) Adaptação mútua: o falante deve expressar-se como acha que o ouvinte entenderá e o ouvinte interpretará o que o falante disse como acha que é o que ele quis dizer.
- 14) Conhecimento comunitário compartilhado.
- 15) Conhecimento compartilhado apenas pelos dois interlocutores.
- 16) Dados da ecologia da interação comunicativa (tudo do espaço-tempo dos interlocutores).
- 17) O encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção (*tá bom, tá, é isso etc.*).
- 18) Regras sistêmicas (a ‘gramática’: há tantas regras sistêmicas quantas forem as regras gramaticais, sintáticas, morfológicas, fonético-fonológicas).

Muitas dessas regras têm função fática, no sentido de permitirem a abertura (regra 7), a manutenção e o encerramento da interlocução (regra 17), como já adiantara Roman Jakobson (JAKOBSON, 1969). A função fática faz parte de algo maior, o acordo que tem que existir entre A e B – que é a comunhão – a fim de que haja uma comunicação eficaz. As regras de 1 a 13 são claramente comuniais, regras de comunhão. As de 14 a 17 talvez o sejam menos, mas, contêm algo de comunalidade. Apenas o conjunto de regras número 18, que forma as regras interacionais sistêmicas, não se enquadrariam diretamente na categoria da comunhão. Porém, o fato de também elas deverem ser compartilhadas entre A e B nos leva a pensar que têm algo de comunhão, mesmo que implícita e em menor grau.

Já ouvimos a crítica de que todas essas regras já foram apresentadas por esse ou aquele autor, no contexto dessa ou daquela teoria. Por exemplo, já em 1923 Lev Jakubinskij havia proposto as regras 1 e 2 (JAKUBINSKIJ, 2012, p. 69), entre outras, embora não tenha usado esse rótulo. Por isso, em momento algum tivemos a pretensão de estar criando algo *ab ovo*. O que fizemos foi juntar tudo que pudemos ver no que já foi feito, enfeixar em um conjunto coerente e inseri-lo no

contexto da linguística ecossistêmica. Mal comparando, poderíamos lembrar que o grande filósofo Ludwig Wittgenstein, ao produzir seu *Tractatus logico-philosophicus*, disse que sabia que vários autores haviam discutido muitas das ideias que ele estava incluindo no livro, mas ele não iria mencioná-las por já serem de domínio comum. Sabemos que nenhum criador de teoria, inventor de máquinas, de *softwares* e até de inteligência artificial partiu do zero. Porém, não é necessário recuar à pedra lascada e à produção do fogo por fricção de gravetos ao se propor uma nova teoria. Pode-se partir de ideias já existentes e avançar em relação a elas e sugerir uma nova maneira de olhar para o objeto de pesquisa, uma nova maneira de interpretá-lo. Aqui vale lembrar as palavras de Richard Dawkins da terceira epígrafe.

Para a LE o núcleo, o essencial da língua/linguagem é constituído pelas regras interacionais, juntamente com o fluxo interlocucional. As de número 1 a 17 constituem as RI fundamentais ou primárias. As regras que em bloco constituem o número 18, ou seja, a gramática da tradição, são as RI secundárias, tecnicamente chamadas de regras sistêmicas (RS). Vimos pouco acima nesta seção que as RS são subsidiárias das RI.

6. Sintaxe: organização sistêmico-sintática

Já vimos que a ordem é a estratégia mais simples, não marcada, para indicar a função das palavras nas locuções e das locuções na oração, além das orações no período e deste no parágrafo porque ela não exige nada adicional, além da própria ordenação dos elementos. Aqui vale o dito latino *post hoc ergo propter hoc* (aproximadamente “depois disto, logo, relacionado com isto”). Em outras línguas pode haver marcas para indicar função sintática. Em japonês, por exemplo, ela é indicada por partículas: *wa* indica sujeito; *o*, objeto, como no exemplo (3). Por isso, mesmo que *neko wa* e *nezumi o* trocassem de posição, a oração seria entendida. Em termos de custo e rendimento, essa estratégia exige que os falantes memorizem as partículas *o* e *wa*.

(3)

Neko wa nezumi o taberu

gato AG rato PAC comer

‘O gato come o rato’

No latim as funções são indicadas por flexões, mediante as conhecidas declinações. Na oração (4) o objeto vem antes do verbo e o sujeito depois dele, sem prejuízo para o entendimento, pois o objeto é indicado pela flexão de acusativo (*hominem*) e o sujeito pela ausência de flexão (*femina*), com o que podemos ter a ordem OVS, oposta à do português (SVO), embora a ordem mais comum no latim seja SOV, com o que a construção mais usual na língua é *femina hominem videt*. Aqui também os falantes têm o custo mental adicional de memorizar as flexões de caso. As duas estratégias (do japonês e do latim) têm um custo de processamento mental adicional.

(4) *Hominem videt femina* ‘a mulher vê o homem’

Em português essas funções são indicadas pela simples posição do sujeito (antes do verbo) e do objeto (depois do verbo), como em *O menino vê a menina*, a despeito das concordâncias que, na verdade, são redundantes. As funções sintáticas que ocorrem na ordem SVO (sujeito-agente, verbo, objeto-paciente) não requerem memorização de nada adicional. SVO é a ordem canônica no português, em todas as línguas latinas e em muitas outras línguas europeias.

Em algumas situações essa ordem canônica pode ser subvertida para finalidades específicas. Uma

ECO-REBEL

delas se dá quando a ênfase (foco) é posta no paciente, como na chamada construção passiva: *A menina foi vista pelo menino*. Em alguns casos excepcionais, o paciente pode vir antes do verbo e o agente depois dele mesmo que a construção não seja passiva, como em *O menino apanhou da mãe*. Mas isso é excepcional.

As regras sistêmicas da sintaxe vêm sendo estudadas nas gramáticas expositivas (e normativas) desde os gregos e latinos, mas atendo-se apenas à linguagem estatal e à urbana. Algo parecido tem sido feito nas gramáticas portuguesas desde Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540). Os fatos exaustivamente estudados nelas não serão abordados aqui. Quem se interessar por eles pode consultar qualquer uma das gramáticas mais conhecidas disponíveis no mercado. Para uma visão descritivista mais atual, poderíamos citar as seguintes, entre outras: *Gramática do português contemporâneo* de Celsos Cunha, *Moderna gramática portuguesa* de Evanildo Bechara, *Gramática de usos do português*, de Maria Helena Moura Neves, *Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba Teixeira de Castilho. Existem ainda gramáticas que para alguns conservadores são muito ideologicamente esquerdistas e radicais, para não dizer parciais, preconceituosas e, até certo ponto, “subversivas”. Para uma visão bastante conservadora, lusitanizante e latinizante, pode-se consultar a *Gramática metódica da língua portuguesa* de Napoleão Mendes de Almeida. No caso específico do português falado urbano, existe a *Gramática do português falado*, em oito volumes, que resultou do projeto NURC.

Como mostra o esquema da seção 3 acima, a organização interlocucional e a sistêmica não são as únicas que formam o ecossistema mental dos falantes. Existe ainda a dimensão das redes de interações orgânicas (RIO) que se encontram no nível microscópico e são de difícil apreensão de imediato pelo senso comum, como Frifjof Capra mostrou a propósito da física e da ciência em geral, ao longo de várias de suas obras. Porém, como se pode ver na precária tentativa de representação da figura 4 de Couto (2016, p. 43), essas interações microscópicas existem e a neurolinguística tem feito interessantes estudos sobre o assunto. Infelizmente, porém, dadas as limitações de um ensaio como este, não é possível ir além do que foi mostrado nesse exemplo. As RIO são tão complexas quanto o mundo subatômico e o da astrofísica, ou seja, o do infinitamente pequeno e do infinitamente grande.

Na figura 3 reproduzimos a tentativa de inserir a construção sintática *José ama Maria* na RIO sintática a que está associada, como foi mostrada em Couto (2016, p. 43). A oração em si se visualiza quando dirigimos o foco para uma posição linear bem específica que começa em *José*, passa para sua conexão com *ama* e em seguida para a conexão de *José ama* com *Maria*. É o plano, ou “platô”, do sistema rizomático de Gilles Deleuze e Felix Guattari.

ECO-REBEL

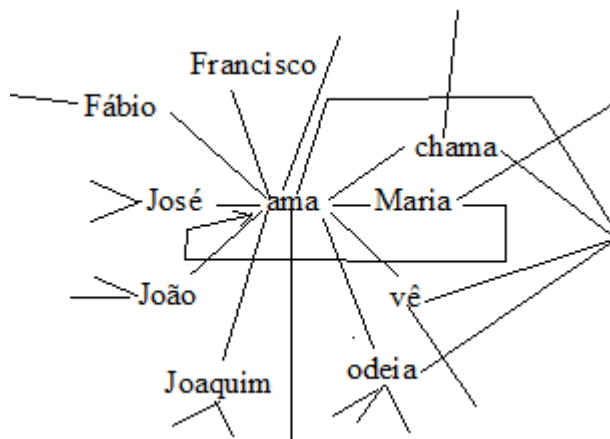


Fig. 3

Nesse sistema, o rizoma “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões”. Para Deleuze & Guattari, “o pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada”, porque “uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas”. Acrescentam que “o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza”, como se vê na preferência pela próclise pronominal no português brasileiro, que se justifica pelos padrões acentuais preferenciais na fonética-fonologia (seção 8). Enfim, “um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo”. Ele “é feito de platôs”, e platô é um segmento delimitado pelo observador, como é o caso de *José ama Maria* selecionado (focalizado) em uma rede com uma miríade de conexões. Mas, nesse momento, se congela esse plano, com o que ele pode ser representado até por uma árvore gerativa (DELEUZE; GUATTARI, 2000).

Um fenômeno muito interessante na língua como interação é o fato de ocorrerem em atos de interação comunicativa enunciados aparentemente desconjuntados. Vejamos o exemplo (4) da linguagem rural que, à primeira vista, apresenta uma sintaxe esfrangalhada, desconjuntada, mutilada. Essa fala é do Divino do Zé Agostim, e vem sendo reproduzida e estudada por Hildo Couto desde Couto (1974).

(5) Organização interlocucional (o que o falante proferiu)

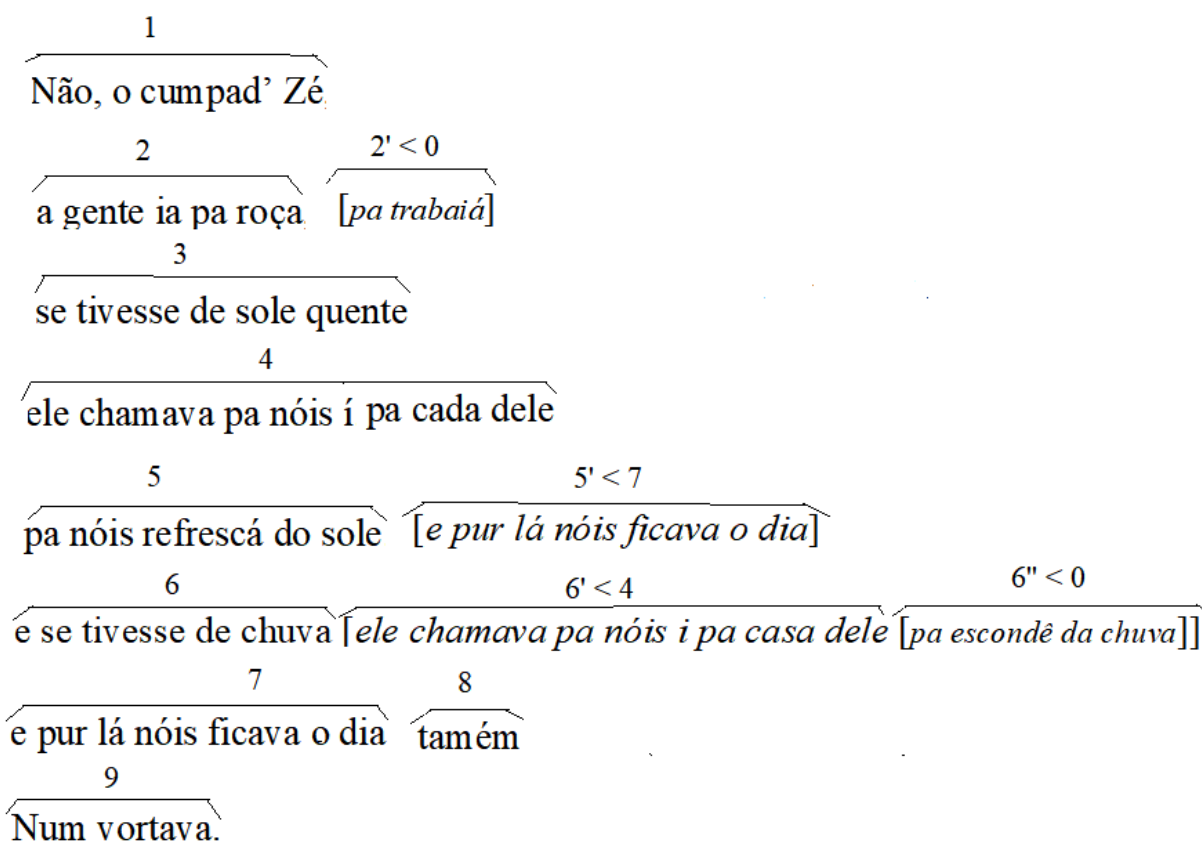
Não, o cumpad' Zé a gente ia pa roça; se tivesse de sole quente, ele chamava pa nós i ... pa casa dele pa nós réfrescá do sole...; e se tivesse de chuva..., e pur lá nós ficava o dia tamém. Num vortava.

Isso é o que o falante efetivamente proferiu, no nível da organização interlocucional, e é perceptível por nossos sentidos, no caso, a audição, ou a visão, se partirmos da versão escrita como em (5). Em subjacência, a intenção do falante (organização sistêmica), está o que se vê em (6), que representa o conhecimento que ele tem da língua, representa sua intenção ao se expressar como fez em (5). Tanto o falante quanto seu ouvinte sabiam (por ser parte do ecossistema mental de ambos) que por trás do que foi dito estava o que se vê em (6), a organização sistêmica, a intenção sintática no caso.

Usando termos da teoria fonológica da otimidade, poderíamos dizer que a organização sistêmica se justifica, entre outros motivos, pelo fato de as regras interacionais sintáticas serem violáveis.

Essa intenção sintática do falante se aproxima do que em gramática gerativa se chamava “competência linguística”, mas que na linguística ecossistêmica pode ser chamado de conhecimento que os falantes têm de sua língua. Assim, quando ele profere resumidamente algo como o que se vê em (5), no fundo ele o faz devido ao tempo de que dispõe para planejar mentalmente o que vai dizer e a pressão que sente para não se alongar demais em sua fala. Sua intenção era produzir o que está em (6), mas, por razões de economia de tempo, para evitar monotonia e sendo ele cômico do conhecimento que compartilha com o ouvinte, proferiu o que se vê em (5), a organização interlocucional. O que está detalhado em (6), organização sistêmica, é uma baliza a partir da qual se pode resolver qualquer problema de ambiguidade. Esse exemplo foi analisado pelos princípios da LE no capítulo 9 de Couto (2021, p. 128-132), capítulo inteiramente dedicado a ele, então considerado como uma mininarrativa. Aliás, nessa obra está sugerido que procedimentos semelhantes se aplicariam também a narrativas mais longas. Para facilidade de quem nos vai ler, retomamos pelo menos parte dos comentários lá apresentados.

(6) Organização sistêmica, intenção sintática (o que o falante pretendia dizer)



Em primeiro lugar, o *Não* inicial é um marcador interlocucional (ver 12.3) que faz do que vem a seguir uma satisfação-resposta de B, convertido em falante de nível 2 (F₂), a uma solicitação-pergunta de A, como falante de nível 1 (F₁). Essa pergunta não aparece em (5), mas sabemos que era “O que você sabe sobre o Zé Altino?”. A sequência *O cumpade Zé* que vem logo depois, sintaticamente parece um anacoluto, mas é uma preparação do contexto para o que virá a seguir. Ela contém ainda uma implicatura: um deles foi padrinho de batismo do filho do outro, pois são compadres. A sequência 2 especifica um pouco mais o contexto, aí inclusa a implicatura de que

ECO-REBEL

quem vai para a roça é para trabalhar. O símbolo < indica que este implícito provém do contexto (indicado por 0), não do próprio enunciado. As sequências 3 e 4 são completadas pela sequência 5. O consequente de 4 + 5 é uma antecipação mental da sequência 7, fato indicado pela fórmula $5' < 7$. A sequência 6 (*e se tivesse de chuva*) é completada pela retomada da de 4, com o que temos $6' < 4$ que, por seu turno, é implicitamente complementada pelo conhecimento que todos nós temos de que quando está chovendo corremos para algum abrigo, como uma casa: *pa escondê da chuva* ($6' < 0$). A sequência 7 remete ao resultado de tudo isso (*e pur lá nós ficava o dia*) como se fez como consequência do que está enunciado em 5. Por se tratar da retomada de uma ideia anterior (que não havia ficado explícita) tem-se o complemento 8 (*tamém*). Concluindo tudo, temos a sequência 9 (*Num vortava*), o que acontecia no que é indicado pelas sequências 3 + 4 e 5 + 6.

Se fôssemos converter a fala do Divino do Zé Agustim em prosa corrente do português urbano/estatal, com todos os detalhes, teríamos aproximadamente o seguinte:

Como resposta a sua pergunta sobre o compadre José, com ele era assim: a gente ia para a roça para capinar. Se estivesse de sol quente, ele nos chamava para ir para a casa dele a fim de refrescarmos do sol, e por lá ficávamos o resto do dia. Se estivesse de chuva, ele nos chamava para ir para casa dele para esconder da chuva, e com isso ficávamos lá o resto do dia também, não voltávamos ao trabalho.

A gramática ecossistêmica não pode ignorar nenhuma manifestação da língua, mesmo que cada investigação individual não consiga abranger tudo ao mesmo tempo. Ela não ignora sequer a linguagem estatal, pois também ela apresenta algumas manifestações no imenso espectro da língua portuguesa, vista holisticamente. É por isso que a ecometodologia da LE é o método da focalização (GARNER, 2004), que possibilita a cada investigador dirigir o foco para o que lhe interessa, porém, sem ignorar que o que ficou de fora desse recorte continua no mesmo lugar.

Uma manifestação linguística solenemente ignorada pelas gramáticas tradicionais, por tratarem apenas da variedade urbano/estatal, é a linguagem rural. No entanto, também ela é parte do português brasileiro. Infelizmente, ela ainda não foi estudada da perspectiva da linguística ecossistêmica, fora as incipientes tentativas que se encontram em Couto/Elza (2018), além do projeto que ela está elaborando com vistas justamente a uma exposição da organização da linguagem de Major Porto, interior de Minas Gerais. Em um projeto de pós-doutorado que desenvolveu na Universidade de Bolonha, Itália, em 2019, ela constatou que nessa linguagem existem pelo menos cinco regras sistêmico-sintáticas: (i) O artigo e os determinantes em geral ocorrem antes do substantivo; (ii) O adjetivo vem depois do substantivo; (iii) A flexão/pluralidade é indicada só no determinante (artigo, demonstrativo, possessivo etc.); (iv) No interior da oração como um todo, a flexão/pluralidade continua sendo indicada no determinante da locução sujeito; (v) Se o pronome é átono, vem antes do verbo; se tônico, depois dele, regra de colocação pronominal que será discutida na seção 8 abaixo (dados do relatório do projeto, ainda não publicados).

Alguém poderia alegar que isso é o óbvio e que a maioria dessas “regras” existe também no português estatal (padrão) e no urbano. É verdade, assim como são verdades também a cena do ovo de Colombo e o fato de a linguagem rural ser parte do português geral. É verdade também que as regras (i) e (ii) existem também em outras línguas românicas e até em algumas não românicas como o inglês. Quando, e se estudam, essa variedade do português, as gramáticas tradicionais em geral apontam para o que a linguagem urbana/estatal têm, mas a rural não, com o que ela seria mutilada, pois lhe faltariam isso, aquilo e aquilooutro.

ECO-REBEL

Existem vários outros casos de violação da ordem sistêmico-sintática canônica SVO, além das duas já mencionadas. Uma delas é constituída por construções quiasmáticas, como as exemplificadas em (7). O último termo da primeira oração é o primeiro da segunda, motivo pelo qual a construção é chamada de quiasmo, do nome da letra grega X (chi), via latim.

(7)

(a) *Não vivo para comer, como para viver* (Quintiliano).

(b) *Ausência de evidência não é evidência de ausência* (Carl Sagan);

(c) *Quem com ferro fere com ferro será ferido* (de origem bíblica)

(d) *Meu filho abraçou-me carinhosamente, carinhosamente o abracei*; (d') *Vinhas fatigada e triste, triste e fatigado eu vinha* (Olavo Bilac).

O exemplo sintático de Chomsky *Colorless green ideas sleep furiously* se enquadra nas formas inativadas sintáticas do inglês. Aliás, a sintaxe do inglês e das demais línguas provavelmente inclui ainda formas desativadas (arcaísmos) e até formas reativadas. Contrariamente à gramática gerativa de Chomsky, porém, a LE não vê nenhum problema em construções inativadas como essa, que pode ser traduzida em português como *Ideias verdes incolores dormem furiosamente*. Essa versão da oração tem uma organização (“estrutura”, “plano”, “plató”) exatamente paralela à de *Fonemas oclusivos surdos ocorrem frequentemente*, que pode ser normalmente usada em uma aula ou em um livro de fonologia, por exemplo. A LE não tem nenhum problema com a chamada “superprodução” (*overgeneration*) de frases, palavras e sílabas, ou seja, a produção de construções inativadas, fato que incomoda muito os estruturalismos, sobretudo o gerativo. Melhor, a LE não vê “superprodução”. A diferença reside no fato de que para a ela formas inativadas só o são no ecossistema social e no natural. Porém, elas são parte integrante do ecossistema mental de todos os falantes, pelo fato de saberem que *Ideias verdes incolores dormem furiosamente* é paralela a *Fonemas oclusivos surdos ocorrem frequentemente*, portanto, muito diferente de uma sequência de palavras como **Oclusivos ocorrem surdos frequentemente fonemas*. Essa questão recorre nas regras sistêmicas morfológicas e nas fonético-fonológicas. Como disse o linguista francês Robert Chaudenson, a língua é muito mais do que imaginam os linguistas com suas teorias formais (CHAUDENSON, 1989).

Questões como “dado/novo”, “tópico/comentário” e outras estudadas pelo funcionalismo poderiam ser incluídas aqui. Por exemplo, na construção *Aquele livro que você mencionou eu ainda não li*, temos *Aquele livro que você mencionou* como tópico (tema) anunciado pelo falante e *eu ainda não li* como o comentário (rema) que ele faz sobre esse tópico. Vê-se que isso subverte a ordem sujeito-verbo-objeto que seria *Eu ainda não li aquele livro que você mencionou*.

Na seção 8, discutiremos a preferência pela próclise do pronome oblíquo átono no português brasileiro como exemplo de uma questão sintática de motivação fonético-fonológica. Isso é uma prova convincente de que em vez de estruturas rígidas a língua é organizada em redes de interações orgânicas, rizomaticamente, nas quais cada nó pode interagir com qualquer outro, de qualquer nível. Assim, uma questão sintática (a próclise pronominal) tem a ver com a organização fonético-fonológica, mais especificamente, com o peso da penúltima e da última sílaba, ou seja, com os padrões acentuais dos vocábulos. Infelizmente, nos textos escritos, como este artigo, os enunciados são lineares e unidirecionais, portanto, não respeitam a organização rizomática. No entanto, no ecossistema mental dos falantes tudo pode estar associado a tudo, direta ou indiretamente, como se pode ver em Couto (2016).

7. Morfologia: organização sistêmico-morfológica

Passemos às regras interacionais sistêmicas da morfologia, na qual elas se mostram de modo mais

patente. É nela que as formas inativadas podem ser vistas com mais nitidez. Como já dito a propósito da sintaxe, os estruturalismos têm problemas com formas inativadas, como a morfológica **re.stitu.cion.al.ismo*. A LE não vê nenhum problema aí. Sua visão holística nos leva a reconhecer que formas inativadas como essa fazem parte do conhecimento que os falantes têm da língua, logo, são parte do ecossistema mental da língua. A palavra em questão é formada pelas mesmíssimas regras sistêmico-morfológicas que dão lugar a *con.stitu.cion.al.ismo*, palavra normal e ativada da língua (em uso, socializada). Aliás, de vez em quando pessoas livres das prescrições da ortodoxia normativista ativam formas inativadas. Assim, o ex-ministro do Trabalho e Previdência Rogério Magri usou (ativou) a palavra inativada *imexível* em 1990. O ocupante da presidência do Brasil nos anos 2019 a 2022 ativou duas palavras: *imorrível* e *imbroxável*, qualidades que atribuiu a si mesmo, o que já revela sua postura e compostura. Uma prova de que essas duas palavras inativadas integram o ecossistema mental dos falantes é o fato de apresentarem os mesmos padrões derivacionais de *perder* (*perdível* > *imperdível*) e *pagar* (*pagável* > *impagável*), respectivamente, como todas as demais palavras que entram no quadro dos componentes de vocábulos derivados logo abaixo.

A morfologia estuda a formação de vocábulos pela combinação de morfemas, com o que o vocábulo é nada mais nada menos do que a palavra vista dessa perspectiva formal. Como parte do léxico, cada palavra tem uma significação, ou seja, está no nível das interações indivíduo-mundo, fato que pertence ao léxico. O que vamos estudar na presente seção é apenas o nível da organização sistêmica, a formação do vocábulo. Na verdade, esse nível é um recorte na imensa rede de interações orgânicas morfológicas, como veremos um pouco mais abaixo.

Para representações do nível sistêmico as tabelas são suficientes. Nelas já é possível ver as construções (formas) ativadas e as inativadas, como se vê na figura 4.

A base de tudo nessa tabela é o radical latino *stitu*. Combinado com *in* (prefixo 1), que indica movimento para dentro, e o sufixo verbal *ir*, temos a palavra *instituir*. Esta, por seu turno, pode se combinar com um sufixo nominal como *ção*, com o que temos *constituição*. A esta se pode adjungir o sufixo adjetival *al*, dando a palavra *institucional* que, por fim, pode combinar com os sufixos *ismo* ou *idade*, produzindo as palavras *institucionalismo* e *institucionalidade* – na verdade, existe ainda o sufixo *ista*, que daria a forma *institucionalista* –. Na linha que começa pelo prefixo 1, se poderia acrescentar outro prefixo (prefixo 2), *anti*, com o que teríamos *anticonstitucional*, *anticonstitucionalismo* e *anticonstitucionalidade*. Esses são os vocábulos ativados, em uso. Mas, o ecossistema mental dos falantes do português brasileiro prevê ainda **anticonstituir* e **anticonstituição*, que são vocábulos inativados. Essa tabela de relações (interações) morfêmicas é um pequeno recorte na imensa rede de interações orgânicas morfológicas. Mesmo assim ela mostra diversas construções (ainda) não utilizadas pelos falantes, marcadas por asterisco.

Componentes do vocábulo, vocábulo primitivo (básico) e derivados

Componentes do vocábulo			Composições vocabulares ativadas e inativadas (*)			
Prefixo 2	prefixo 1	radical	vocábulo básico (verbo)	primeiro derivado (substantivo)	segundo derivado (adjetivo)	terceiro derivado (substantivo)
.....	in (pra dentro)	stitu	instituir	instituição	institucional	institucionalismo/institucionalidade
.....	re	stitu	restituir	restituição	*restitucional	*restitucionalismo *restitucionalidade

ECO-REBEL

.....	con	stitu	constituir	constituição	constitucional	constitucionalismo constitucionalidade
in (negação)	con	stitu	*instituir	*instituição	inconstitucional	inconstitucionalismo inconstitucionalidade
anti	con	stitu	*anticonstituir	*anticonstituição	anticonstitucional	anticonstitucionalismo anticonstitucionalidade

Fig. 4

A LE reconhece até mesmo uma possibilidade que as teorias formais rejeitariam, alegando que ela não “existe”. É o caso da linha iniciada pelo *in* de negação (prefixo 2), com o qual temos as formas inativadas **instituir*, **instituição*, **institucional*, **institucionalismo*, **institucionalidade* e, curiosamente, as ativadas derivadas *inconstitucional*, *inconstitucionalismo* e *inconstitucionalidade*. Porém, o dicionário *Aurélio* registra os vocábulos *inimputável*, *ininteligível*, *ininflamável*, *ininfluenciável* e *ininvestigável*. O prefixo 2 *anti* tem um comportamento semelhante: ele também só forma o segundo derivado (adjetivo) e o terceiro (substantivo).

O morfema *stitu* pode ser substituído por vários outros, tais como *tra* (*contrair*, *contração* etc.), *stru* (*instruir*, *construir*, *construção* etc.), *flu* (*confluir*, *influir* etc.), para ficar apenas nos morfemas radicais latinos e apenas nos verbos de terceira conjugação (-*ir*). Poderíamos ter ainda *port* (*comportar*, *reportar*, *deportar*, *deportação* etc.). Enfim, há inúmeros radicais que poderiam entrar na coluna 3 e dar lugar a inúmeras formas ativadas e inativadas.

Isso pode parecer muito estranho ao leigo, mas, alguém do nível de Guimarães Rosa poderia ativar qualquer um desses vocábulos inativados como palavra, pois essas formas estão previstas no ecossistema mental dos falantes, logo, integram o léxico de sua língua. Mas, por mais estranho que possa parecer ao leigo, a LE vê todas as possibilidades de combinação previstas nessa tabela como parte do conhecimento que os falantes têm de sua língua, vale dizer, todas elas estão incluídas no ecossistema mental desses falantes, mesmo que inconscientemente. Como dizem Heisenberg (1981), Bohm (2001) e Capra (1998, 2002) para a física, esse nível não é diretamente acessível ao entendimento comum. É preciso que haja uma teoria que o visibilize. Fritjof Capra mostra que isso é válido para a ciência em geral, não apenas para a física. A linguística ecossistêmica visibiliza as formas desse nível porque pode dirigir o foco microscopicamente para além do nível da organização sistêmica, chegando ao das redes de interações orgânicas (RIO), em que se podem ver todas as conexões morfêmicas da língua, argumento que vale também para a sintaxe e a fonologia. O próprio físico David Bohm defendeu a aceitação do fato de que formas inativadas como as discutidas acima fazem parte da língua, mesmo que estejam apenas no ecossistema mental.

Com isso, a combinabilidade de prefixos, radicais e sufixos daria um número astronômico de formas, a maioria delas inativadas, mas partes do ecossistema mental dos falantes, como se pode ver em Bohm (2001, p. 63-64, 67) e discutido em Couto (2007, p. 181-184). Ainda bem que existem mais possibilidades expressivo-comunicativas do que as de que nos servimos em nosso dia a dia.

Em Couto (1982, p. 53), há uma tentativa de representar a rede de relações orgânicas morfológicas que existem em torno do radical *stitu*, como em *destituir*, *destituição*, *constituir*, *constituição*, *constitucional*, *constitucionalismo* etc. Construções como **destitucional*, **restitucional* e outras

ECO-REBEL

estão no ecossistema mental, como formas inativadas, mas não se ativaram.

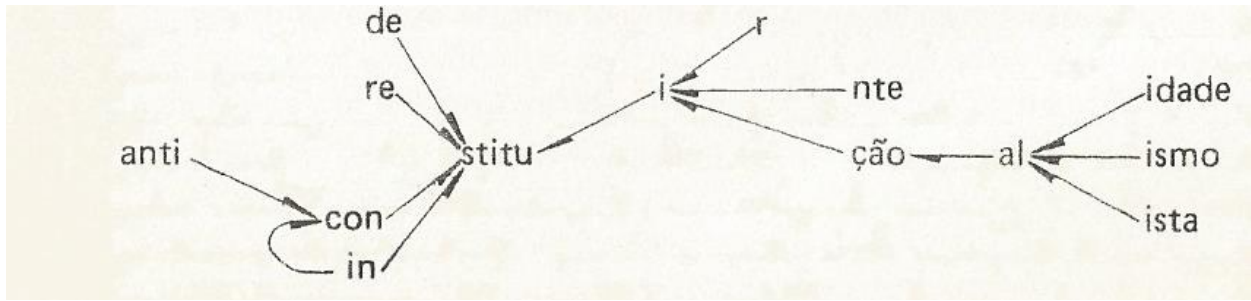


Fig. 5

Em Couto (2016, p. 43) temos um exemplo mais refinado desse tipo de representação, já no espírito da LE, reproduzido aqui como figura 6.

As formas inativadas, desativadas e reativadas parecem ser uma das bases que permitem o surgimento de programas de inteligência artificial como o *chatGPT*, que acaba de ser lançado (janeiro de 2023). Isso pode ser verdadeiro sobretudo para os níveis acima da oração, como o período e o parágrafo. Ao que tudo indica, ele vai nos obrigar a rever os conceitos de criatividade, autoria e plágio.

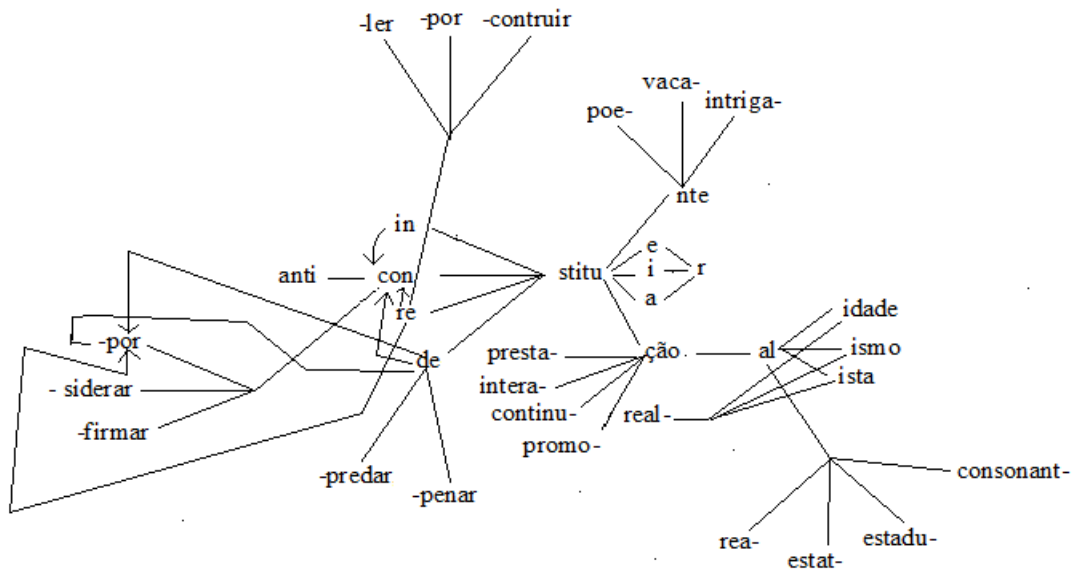


Fig. 6

Tudo isso é parte do conhecimento que os membros da comunidade de língua/fala têm da própria língua. A tal ponto que até um físico reconheceu as formas assim produzidas ao ver o mundo como constituído de interações, não como um aglomerado de coisas, que ele chamou de reomodo (BOHM, 2001). Outro argumento em prol do reconhecimento das formas inativadas e desativadas como parte da língua pode ser visto no fato de em algumas construções como “transmimento de pensação”, ditas por brincadeira, os prefixos *-mento* e *-ção* estão ligados a radicais com os quais normalmente não ocorrem no dia a dia das pessoas. Mas, o interessante é que elas as entendem porque são construções ainda inativadas, mas que pelo menos por brincadeira foram ativadas. Caso necessário, podem ser ativadas definitivamente, ou seja, passarem a ser usadas nas interações comunicativas do dia a dia dos membros da comunidade.

ECO-REBEL

É importante ressaltar que as regras sistêmicas morfológicas normalmente não são violáveis. Assim, **re.stitu.cion.al.ismo* é aceitável como uma palavra potencial da língua (inativada), mas ***cion.re.stitu.ismo.al* é tido como absurdo, por não obedecer a ordem em que radical, prefixos e sufixos devem aparecer. Contrariamente à organização sintática, na morfológica as regras são invioláveis.

Na linguística estratificational (MAKKAI, 1993; COUTO, 1982), atualmente linguística neurocognitiva (LAMB, 1999), já se tentava representar esses fenômenos em termos de redes de relações, embora apenas tridimensionalmente. Apesar de ter significado um grande avanço no sentido das RIO, essa teoria ainda considerava a língua como “instrumento”, no caso, de expressão do pensamento, portanto, também a reificava.

Há muitas outras regras de formação de palavras normalmente ignoradas pelas gramáticas tradicionais. A primeira que gostaríamos de mencionar é a reduplicação. Quando muito essas gramáticas dão alguns exemplos desse fenômeno no capítulo sobre composição (*menino-prodígio, homem-aranha, guarda-roupa* etc.), exemplos que frequentemente vêm sendo repetidos gramática após gramática ao longo do tempo. No entanto, a reduplicação é um processo morfológico produtivo em português para derivar substantivo da primeira pessoa singular do presente do indicativo dos verbos de ação, repetindo-a como nos exemplos de (8).

(8) *bate-bate, empurra-empurra, esconde-esconde, mata-mata, pega-pega, perde-perde, quebra-quebra, pula-pula*

O processo é tão produtivo que a qualquer momento pode aparecer nova construção reduplicada (e os ouvintes entenderem perfeitamente) como se pode ver em Couto (1999). Enfim, a reduplicação deveria constituir uma seção do capítulo dedicado à derivação, pois ela é usada para derivar substantivo de verbo, logo, é parte integrante da língua-como-interação. Assim, temos dois tipos de derivação: derivação sufixal (como *constituir* > *constituição* > *constitucional* > *constitucionalismo*) e derivação reduplicativa, como os seis exemplos de (8).

Um outro processo de formação de nova palavra, em geral com significado muito parecido com o do original, consiste na abreviação de palavras longas devido à necessidade de economia nas interações comunicativas. Embora o processo não seja inteiramente aleatório, é difícil formular uma regra geral para ele. Em (9) podemos ver alguns exemplos, em que a palavra da esquerda é a original e a da direita a derivada.

(9) *cerveja* > *cerva*; *refrigerante* > *refri*; *depressivo* > *deprê*, *Florianópolis* > *Floripa*, *malandro* > *mala*; *Maracanã* > *Maraca*; *prejuízo* > *preju*; *salafário* > *salafra*; *responsabilidade* > *responsa*

Na área da farmacologia isso se dá com muita frequência, devido ao fato de haver palavras excessivamente longas. Por isso, eletrocardiograma é reduzido a *eletro*; gastroenterologia, a *gastro*; otorrinolaringologia a *otorrino* etc. Os processos de abreviação de palavras longas se manifestam de outras formas. Por exemplo, a palavra *coitadinho* é frequentemente usada sob a forma *tadinho*, em geral usado como exclamação. Em Araújo (2002) há um detalhado estudo sobre esses processos, exceto os da farmacologia.

A abreviação se dá também em nomes próprios, cujo resultado é chamado de hipocorístico (quando derivado do nome mediante algumas estratégias reconhecidas). Antigamente os hipocorísticos

ECO-REBEL

eram formados preferencialmente a partir do final do nome, como em Sebastião > *Tião*, José > *Zé*, Joaquim > *Quincas/Quinca* e Roberto > *Berto/Beto*, entre muitos outros. Mas, havia também os que se formavam a partir do início: Gilberto > *Gil*; Eduardo > *Edu*; Manuel > *Mané*, Manuela > *Manu*. A formação de hipocorístico é um processo relativamente produtivo no Brasil. Entre amigos, entre colegas e no seio da família a qualquer momento pode surgir algum exemplo: Carolina > *Carol*, Eliana(e) > *Eli*, Isadora/Isaura > *Isa*, Lidiane > *Lídi*, Mariana > *Mari/Mári*, Viviane > *Vivi* e assim por diante. Alguns são bem recentes, tais como Priscila > *Pri*, Vinícius > *Vini* e outros.

Após formado, o hipocorístico pode ser base para derivações, como em Helena > *Lena* > *Leninha*; Francisca > *Chica* > *Chiquinha*; Antônia > *Tonha* > *Toinha*; José > *Zé* > *Zeca/Zezé/Zequinha*. Formam-se também reduplicações, como no caso de Lúcia/Luzia > *Lu* > *Lulu*; Pedro > *Pê* > *Pepê*; Eduardo > *Edu* > *Dudu*; Roberto > *Berto/Beto* > *Bebeto*. Há outras estratégias para se formarem hipocorísticos, como *Masé* de Maria José; *Malu* de Maria Luísa; *CAÓ* de Carlos Alberto de Oliveira, *Jotapê* de João Pedro, entre muitas outras. Nesta área a criatividade popular é muito grande. Há também casos em que eles são tirados do meio do nome, como Adriana > *Dri*, Ubirajara > *Bira*.

Atualmente, talvez por influência do inglês, a maioria dos hipocorísticos está sendo formada preferencialmente a partir do início da palavra. Eis alguns exemplos: *Sebas* (de Sebastião), *Jô* (de José), *Leo* (de Leonardo), *Fê* (de Fernando), *Bia* (de Beatriz), *Cris* (de Cristina), *Alex* (de Alexandre), *Pati* (de Patrícia). Além disso, há hipocorísticos importados diretamente do inglês, como *Fred* (de Frederico), *Mike* (de Michael), *Bill* (de Will < William) etc.

Um recurso muito usado no mundo atual para a formação de construções que funcionam como palavras são as siglas. Alguns exemplos respeitam os padrões silábicos da língua, como *ANA* (Agência Nacional de Águas), *ONU* (Organização das Nações Unidas), *FUNAI* (Fundação Nacional do Índio), *DETRAN* (Departamento Estadual de Trânsito), *SENAI* (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e *ANATEL* (Agência Nacional de Telecomunicações). Algumas siglas que obedecem a esse padrão vêm do inglês, como *UNESCO* (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation), *FIFA* (Fédération Internationale de Football Association, de mistura com o francês), *FAO* (Food and Agriculture Organization) e *ISO* (International Standardization Organization). Do inglês temos ainda siglas como *laser* (light amplification by stimulated emission of radiation) e *radar* (radio detection and ranging), além de outras que violam os padrões silábicos do português, como *OK* (*ol korrekt?*) e *UNICEF* (United Nations International Children's Emergency Fund), *ISSN* (International Standard Serial Number) e *ISBN* (International Standard Book Number) e muitas outras mais.

A maioria das siglas viola os padrões silábicos, se considerarmos apenas a forma escrita. É o caso de *MEC* (Ministério da Educação e Cultura, originalmente), *CEP* (Código de Endereçamento Postal), *CPF* (Cadastro de Pessoa Física) e *CNH* (Carteira Nacional de Habilitação). Na pronúncia, porém, recuperam-se os padrões fonético-fonológicos da língua, de modo que essas quatro siglas são pronunciadas como [‘mèki], [‘sèpi], [sepe’èfi] e [seenia’ga], respectivamente.

O papel do plano morfológico na imensa rede de interações orgânicas que é a língua-como-sistema é preparar as palavras para se inter-relacionarem com as demais do mesmo plano. Essa preparação inclui sua associação com prefixos (*fazer* > *refazer*, *desfazer*), sufixos (*cantar* > *canto*, *cantor*, *canção*, *cancioneiro*) e desinências (*cantor* > *cantora*, *cantoras*, *cantores*; *canto*, *cantas*, *cantam*, *cantarei*, *cantavas*, *cantasse* etc.). Elas constituem a locução, a oração, o período etc., que

compõem o enunciado que, por sua vez, emerge dos atos de interação comunicativa.

8. Fonética-fonologia: organização sistêmico-fonológica

No nível da fonética-fonologia temos fatos que obedecem aos mesmos princípios válidos para a organização sintática e a morfológica. O termo “fonética-fonologia” visa a mostrar que a linguística ecossistêmica não separa o estudo dos sons físicos (fonética) de sua função e interpretação na organização da língua (fonologia). Trata-se de duas faces da mesma moeda. Por esses e outros motivos, o objetivo desta seção não é apresentar uma descrição fonética seguida da descrição fonológica do português urbano/estatal, de forma detalhada, nos termos do estruturalismo. Há várias publicações que tratam do assunto, portanto, vamos deixá-lo como dado. Tendo essa descrição tradicional como pano de fundo, pretendemos discutir apenas algumas questões que normalmente não são investigadas, à exceção de alguns poucos estudos pontuais e isolados.

Para começar, deve ser registrado que, ao lado das formas ativadas, no nível fonético-fonológico também existem formas inativadas e pode ser que existam até formas desativadas e reativadas, fato que precisa ser averiguado. No que tange às inativadas, vimos trabalhando há muito tempo com a sílaba /flès/ (com “e” aberto). Até o presente momento, não encontramos nenhuma palavra em que essa sílaba apareça. No entanto, ela é parte do conhecimento fonético-fonológico dos falantes de português, é parte de seu ecossistema mental. Sabemos disso por vários motivos. Primeiro, ela é perfeitamente paralela à sílaba /frès/ que faz parte da palavra “fresta”. Segundo, os falantes não a estranham como estranhariam sequências dos mesmos fonemas como */lfse/ */sfle/. Terceiro, se alguma fábrica de chocolate der o nome de *taflés* a um de seus produtos nenhum brasileiro estranhará ou terá dificuldade para pronunciar-lo. A pronúncia será normalmente [ta.flès], ou “taflés” na escrita. Vale dizer, já no nível fonético-fonológico existem mais recursos expressivos (inativados) do que os que são utilizados (ativados) pelos falantes em suas interações comunicativas do dia a dia.

Um fato interessante levantado por Eunice Pontes na década de 1970 é o das consoantes palatais /ʎ/ (filha) e /ɲ/ (manha). Na maior parte das variedades do português brasileiro elas não são foneticamente consoantes palatais propriamente ditas, como são os equivalentes no espanhol de Madri em “caballo” (cavalo) e “mañana” (manhã), respectivamente. Na verdade, uma palavra como “filha” é pronunciada em muitas regiões como [‘fi.lya], [‘fi.liya] e até como [‘fi.li.a]. Certa feita registramos uma criança de cinco a seis anos comentando que “filha” tinha a mesma terminação que “Brasília”. Quem diz “alho e óleo” sente que as duas palavras se realizam no nível fonético como [‘a.lyu] e [‘ò.lyu], respectivamente.

Provavelmente isso tem a ver com algum tipo de memória que os falantes têm de formas antigas das palavras, mesmo que o fato não se manifeste mais na organização interlocucional (fonética articulatória) atualmente. Tanto que sempre que se quiser derivar outra palavra de “filha” a forma etimológica vem à tona, como em “filiar”, “afiliado”, embora haja também formas como “afilhado”, que seriam a exceção que comprova a regra.

Quanto a /ɲ/, ele se manifesta foneticamente mais como [‘mã.ya] (com os dois “y” nasalizados) do que como [‘mã.ɲa]. Na verdade, a palatal nasal /ɲ/ é mais difícil de se explicar pela etimologia, mas, levando-se em conta que “ponho” e “aranha” vêm de “poneo” e “aranea” do latim vulgar,

respectivamente, e que *Minho* (nome de rio de Portugal) proviria de *Minio*, já temos um início de explicação. Assim, a forma que estaria no conhecimento subjacente dos falantes, sua intenção fonológica, para a palavra “manha” seria algo como [mã.nya]. Na maioria dos casos, porém, /ñ/ provém da nasalização da vogal precedente pela consoante /n/ que em seguida cai, como em *vi.nu* > *vî.u* (“i” nasal) > *viñu*. Outro argumento em prol da interpretação sugerida é que palavras como *Antônio* podem realizar-se como *Antonho* em alguns contextos ou como o hipocorístico *Tonho*, embora haja também *Toninho*, que recupera o [n], como o de [vinu] que se perdeu em [vî.u] ‘vinho’, mas aflora de novo em *vinícula* (PONTES, 1972). O processo é tão natural que o neologismo “chikungunya” é pronunciado normalmente como se fosse “chicungunha”. Isso lembra os genes recessivos da genética.

O que se representa graficamente por *gu* e *qu* (aguentar, quando) tem sido alvo de diversas interpretações fonológicas. Algumas delas consideram o elemento u como semivogal, com o que teríamos as “representações fonológicas” /a.gwen.’tar/ e /’kwan.du/, ignorando a questão da nasalidade vocálica. Isso acrescentaria dois fonemas (semivocálicos) ao quadro vocálico do português. A competente fonóloga Leda Bisol interpretou essas sequências como se fossem os fonemas labializados /g^w/ e /k^w/, como em /a.g^wen.’tar/ e /’k^wan.du/, respectivamente. A nosso ver, essa interpretação é pior do que a anterior, pois, além de acrescentar dois fonemas consonantais ao inventário de consoantes, adicionalmente acrescentaria dois fonemas complexos, introduzindo outra novidade na fonologia do português (BISOL, 1989, 1991, p. 159-164). Em Couto (1997) temos a tentativa de mostrar que essas duas sequências fonético-fonológicas são o que sempre foram, isto é, os fonemas consonantais /k/ e /g/ seguidos da vogal /u/ e outra vogal, como em /guen-/ e /kuan-/ , respectivamente, para continuar com os dois exemplos já dados. O argumento de então foi o de que a pronúncia do /u/ labializado [w] é explicada por uma regra encontrável em qualquer manual de fonologia, ou seja, /u/ (nível subjacente, intenção fonológica) é realizado em atos de interação comunicativa concretos (estrutura superficial, organização interlocucional) como a semivogal [w]. De acordo com a antiga gramática gerativo-transformacional, teríamos a regra (10):

(10) /u/ → [w]/k,g_V

Essa regra diz que /u/ vira [w] quando precedido de [k] ou [g] e seguido de outra vogal. Por outras palavras [w] e [u] são alofones combinatórios do fonema /u/. Uma palavra como “cueca” pode ser pronunciada como [’kwè.ka] no sul do Brasil, mas, no centro-sul e talvez no norte pode-se perfeitamente dizer também [ku.’è.ka]. De acordo com algumas gramáticas expositivas, a conjugação do verbo *aguar* (regar) começa mais ou menos assim: *eu agúo, tu agúas, ele agúa* etc. Contrariamente a “água” [’a.gwa], aqui o fonema /u/ chega a ser acentuado, forte argumento contra a interpretação do [w] em questão como fonema semivocálico ou de [kw] e [gw] como as consoantes complexas */k^w, g^w/.

A tradição gramatical ignora muita coisa da pronúncia da língua viva. Por exemplo, pelo menos em algumas regiões de Minas Gerais, como em torno do Triângulo Mineiro, existe diferença entre “tio” (irmão do pai ou da mãe) e “tiu” (forma familiar para cachorro): foneticamente “tio” é [’tši.yu] enquanto que “tiu” é [tši.w], forma muito comum em expressões como “sai, tiu!”. Tanto que na escrita já são diferentes. Essa distinção existe em outras situações, como [’ri.yu] ‘rio’ *versus* [ri.w] ‘riu’ (do verbo *rir*), [fi.w] ‘fio’ (linha) *versus* [’fi.yu], como em *meu fio*, forma dialetal para “meu filho”. Como nessa região é comum a queda da vogal átona final, pronúncias como [mey fiy] ‘meio fio’ e [el è mew tšiy] ‘ele é meu tio’ são muito comuns. Popularmente, essas pronúncias são tidas como caracterizadoras da “linguagem mineira”.

Outra questão interessante é que parece estarem surgindo dois novos fonemas em português, /tʃ/ e /dʒ/. Vejamos os exemplos de (11), entre muitos outros.

(11) *tchau, tchan, tchê, Tcheco, Tchetchênia, tchurma, pitchula, jab* [‘džèbi] (golpe de box), *tchutchuca, Gorbachov*

Etimologicamente esses exemplos são de natureza um tanto diferente dos do dialeto cuiabano, como os que ocorrem na frase jocosa “*O Cochipó enche e o peixe se vai*” [o kotʃipò entʃe e o petʃe se vay], mas fonologicamente são semelhantes. Já tivemos a oportunidade ouvir um senhor da zona rural próxima a Cuiabá dizendo “o [o] meu genro [dženro] não mora aqui” (JAKOBSON, 1978, p. 319, 321; COUTO, 1998, p. 13-15). Da perspectiva da organização sistêmico-fonológica, os exemplos de (11) e os do dialeto cuiabano são diferentes dos de [‘tʃi.yu] e [tʃiw], em que [tʃ] é alofone do fonema /t/ antes do som [i] que se lhe segue, logo, é uma forma alternante de /t/, o que a fonologia tradicional chama de variante combinatória ou alofone contextual. Argumento semelhante vale para [dž] de “dia”. No dialeto cuiabano tradicional, [tʃ] e [dž] são também realizações fonéticas dos fonemas /tʃ/ e /dʒ/, não alofones de /t/ e /d/, respectivamente. Tanto que na intenção dos falantes desse dialeto (organização sistêmica fonológica), ‘dia’ é foneticamente [dia] enquanto que genro é [dženro], ou seja, /dʒ/ não é modificação de /d/ por causa da vogal seguinte. Em (11) temos um novo fonema na língua, /tʃ/, um neologismo fonológico, um empréstimo. O equivalente sonoro [dž] não ocorre em (11), mas ele também está se insinuando na língua, como na palavra [džèbi] (*jab*, golpe da luta de box). Em suma, /tʃ/ e /dʒ/ são dois fonemas palatalizados que estão se insinuando no português em geral, a ponto de nenhum brasileiro achar estranha a pronúncia dos exemplos de (11). Em síntese, os sons [tʃ] e [dž] têm dois valores em português: a) formas alternantes, alofones, de [t] e [d] no português geral, b) fonemas /tʃ/ e /dʒ/ no português inovador e no dialeto cuiabano.

Vejamos um problema de acentuação tônica. Em Couto (1997, p. 139-150), foi analisada a preferência do português brasileiro pela próclise pronominal (*Isto me é muito estranho*) em casos que em Portugal se preferiria a ênclise (*Isto é-me muito estranho*), exemplo que foi dado pessoalmente por Maria Helena Mira e Mateus. Foi constatado que essa preferência tem a ver com a tonicidade vocabular preferencial no Brasil. Com efeito, já no português urbano as palavras paroxítonas perfazem aproximadamente cerca de 70%; as oxítonas, 20%; as proparoxítonas, 10%. Vale dizer, a proparoxítonidade é o padrão menos bem-vindo em português. Como a sequência de “verbo mais pronome oblíquo átono” é vista como um vocábulo fonológico, a repugnância pela ênclise se explicaria pelo fato de que ela aumentaria em muito as sequências proparoxítonas. Examinemos os exemplos de (12).

(12)

- (a) Próclise a verbo paroxítono (*ela se refére*) → 53% (padrão preferencial da língua)
- (b) Próclise a verbo oxítono (*eu me referi*) → 24% (padrão que vem em segundo lugar)
- (c) Ênclise a verbo paroxítono (*isto peréce-me estranho*) → 10% (padrão não bem-vindo)

No português europeu (12c) é normal, mas, no Brasil, essa ênclise pode ocorrer apenas no português estatal e, talvez, no urbano. Até mesóclises podem ocorrer em Portugal e no português estatal em geral, como em *Dar-te-ei um presente*, que também leva a uma sequência “verbo mais pronome” proparoxítona. Nós não temos estatísticas para essa variedade do português, mas é fácil perceber que o uso generalizado de ênclise como o de (12c) elevaria enormemente o número de sequências proparoxítonas. No português rural basileto as proparoxítonas tendem a não existir, o

ECO-REBEL

que redundando em um grande aumento das oxítonas (36%) e das paroxítonas (64%). Tanto que “xícara”, “chácara” e “córrego” são *xicra*, *chácra* e *corgo*, respectivamente. Aliás, esse processo vem do latim, como se pode ver no *Appendix Probi*, o que mostra que a redução de proparoxítonas pela queda da vogal postônica é um processo que tem uma longa tradição. Vale dizer, a preferência pela próclise pronominal no Brasil se deve ao fato de o uso generalizado da ênclise elevar consideravelmente o número de sequências “verbo mais pronome átono” proparoxítonas, uma vez que essa sequência é sentida como se fosse um vocábulo no nível fonológico.

A lição linguístico-ecossistêmica que se pode tirar de tudo isso é que a questão sintática da preferência pela próclise pronominal é explicada por fenômenos fonético-fonológicos, o que mostra mais uma vez que a língua é uma rede de interações orgânicas (RIO), em que pode haver interação rizomática entre níveis aparentemente “distantes” um do outro, como o sintático e o fonético-fonológico.

Como as regras sistêmicas morfológicas, tampouco as fonético-fonológicas são violáveis. Tanto que já vimos que uma sílaba como /flès/, que existe pelo menos em latência, como forma inativada, é aceitável pelos falantes, mas formas como */lfse/ */sfle/, com os mesmos fonemas, não são sequer formas inativadas, vale dizer, elas inexistem em português. A construção paralela /frès/ de “fresta”, também não poderia ser */rfse/ ou */sfre/ em português, embora a segunda sequência de fonemas possa ocorrer como sílaba em outra língua latina, o italiano, como na palavra *sfregare* (esfregar).

9. Léxico

Se da combinação formal de morfemas têm-se vocábulos, que não passam de palavras desligadas de seu significado, o léxico é o inventário das palavras propriamente ditas, dotadas de significação, que pode ser a significação sistêmica, em geral vista nos dicionários, e/ou a significação interlocucional (sentido), que a palavra adquire nos atos de interação comunicativa. O estudo do léxico frequentemente é chamado de lexicologia. Há também o vocabulário, que é o inventário de palavras de determinada área do conhecimento. Normalmente, por léxico se entende apenas as palavras ativas. Da perspectiva linguístico-ecossistêmica, porém, ele deve incluir as palavras inativadas, pois, também elas fazem parte do ecossistema mental dos falantes. Vale dizer, os vocábulos inativados são palavras inativadas que não adquiriram significação interlocucional.

As palavras são o que há de mais patente na língua, a ponto de o leigo pensar que ela é um conjunto de palavras. Dominar uma língua seria conhecer as palavras que a formam, o que foi condenado por Saussure. Ironicamente, porém, só se chega ao vocábulo que configura uma palavra por um processo de análise, focalizando em pontos específicos dos enunciados proferidos e proferíveis pelos falantes da língua em questão, fazendo segmentações.

Como Sapir (2016, p. 38) mostrou, o léxico é a parte da língua que mais tem a ver com a sociedade em que ela é falada. Em suas palavras,

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado.

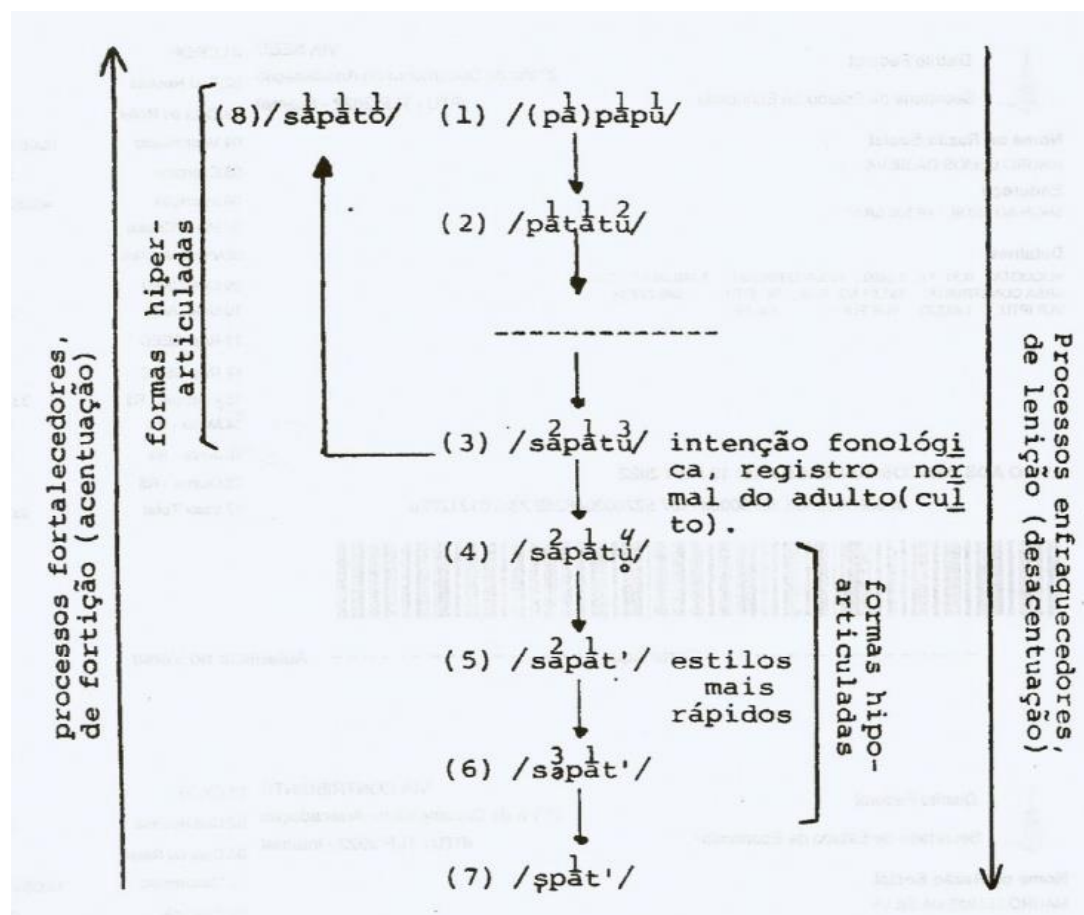
A estudiosa da linguagem infantil Eve Clark também enfatizou a importância do léxico na língua. Para ela, “o léxico é básico para a língua e o uso da língua. Ele provê o conteúdo para a sintaxe e a implementação das regras sintáticas, além de ser o contexto para os padrões morfológicos e fonológicos”. Ela acrescenta que “o léxico é central na língua”, pois “sem palavras não haveria estrutura fonológica, estrutura morfológica nem estrutura sintática” (CLARK 1993, p. 1-2, 259).

No léxico é possível perceber a questão da reativação de formas, ou seja, de palavras inativadas com bastante clareza. A palavra *sarado*, por exemplo, foi usada na *Carta* de Caminha em 1.500, sob a forma *saradinhas* (referindo-se à região pubiana da mulheres ameríndias). Depois parece que ela caiu em desuso, mas atualmente ela foi reativada para indicar pessoa de boa compleição física, com tanquinho na barriga. Outro exemplo seria *pentelho* que, antigamente significava pelo pubiano. A palavra caiu em desuso, mas nos dias de hoje foi reativada, aparentemente pelo apresentador de programa de televisão conhecido como Faustão, para indicar criança/adolescente que incomoda, chatinha. Nos *Lusíadas* (1572) ocorre a palavra *experto*, que foi desativada, em prol de “perito”. Nos tempos atuais, ela reapareceu sob a forma inglesa *expert*. O número de palavras reativadas deve ser relativamente grande, embora o assunto não tenha sido investigado com a devida profundidade. Um estudo do português da perspectiva evolutiva deveria levar isso em consideração. Em vez de reativação, pode-se falar também em reciclagem, como exemplo de mudança apenas semântica. É o caso de *esquisito* que originalmente tinha uma significação positiva, como ainda a tem em espanhol, mas atualmente denota algo negativo.

Por fim, é importante ressaltar que há uma íntima interação entre o léxico e as regras sistêmicas morfológicas, pois é na morfologia que são formados os vocábulos complexos que farão parte do inventário lexical da língua, juntamente com os vocábulos simples.

10. Exemplo de diversidade de manifestações fonético-fonológicas de uma palavra

A língua apresenta uma grande riqueza de formas e manifestações (diversidade), tanto em sua organização interna (endoecologia) quanto em suas relações com o mundo extralinguístico (exoecologia), como já apontado por Lev Jakubinskij. Na sociolinguística variacionista laboviana isto é comumente chamado de “variação”, mas, para a linguística ecossistêmica trata-se de diversidade, diversidade que reflete os contextos em que a palavra é usada, ou seja, o papel social da língua, suas funções, seus usos etc. Essa diversidade existe na sintaxe, na morfologia e na fonética-fonologia, para não dizer no léxico. Vejamos um exemplo fonético-fonológico que mostra as diversas manifestações alternantes que a palavra “sapato”, por exemplo, pode apresentar, dependendo da ecologia da interação comunicativa em que apareça, como no esquema apresentado por Couto & Angenot (1988, p. 116) e reproduzido na figura 7.



Diversidade fonético-fonológica da palavra “sapato”

Fig. 7

Podemos começar pela forma de número 3 da palavra, que representa a intenção fonológica do falante, independentemente de como a tenha pronunciado efetivamente. Essa forma equivale ao registro normal do adulto, a organização sistêmica, lembrando-nos de que esse esquema foi formulado no contexto da aquisição da palavra pela criança ao longo do tempo. Porém, dependendo da situação em que ela for usada, tanto essa como as demais formas da figura 7 podem ocorrer na linguagem dos adultos também. Em registros mais rápidos, a última vogal [u] pode enfraquecer de um grau, ocorrendo como vogal surda, fato representado por um pequeno círculo sob a vogal, nível 4. Em estilos mais rápidos, pode ocorrer uma forma como a de 5, ou seja, [sapat’], em que a vogal final cai, ficando o popular “t” mudo. Em situações de mais premência de tempo, mais rapidez, a primeira vogal pode enfraquecer também, transformando-se em *schwa*, como na forma de 6. Na situação de uma mãe que está atrasada para a escola da filha, que aparece sem um dos pés de sapato, ela pode dizer algo como “Menina, cadê seu [spat’]?”, nível 7. De 4 a 7 temos formas que na fonologia natural se chamam hipoparticuladas, como se vê no artigo recém-mencionado.

Existe também uma tendência em sentido contrário, com formas hiperarticuladas. Numa situação de ênfase, para que não haja nenhuma dúvida sobre a palavra que está sendo proferida, o [u] final pode ser pronunciado com mais intensidade que as duas vogais anteriores, como na forma de 2.

ECO-REBEL

Um conhecido cantor brasileiro (Fábio Jr.) costuma dizer obrigado mais ou menos assim: [obriga'du]. Por fim, se uma professora estiver ditando a palavra para um grupo de crianças do ensino básico, poderá acentuar todas as sílabas da mesma maneira, ou seja, enfatizar todas elas, inclusive pronunciando a última vogal como [o], não como [u], que seria o de se esperar. Isso resulta na forma 1, que poderia ser representada como [sá.pá.tô.], com os pontos indicando maior duração das vogais.

O esquema da figura 6 mostra dois princípios subjacentes ao uso da língua. De cima para baixo temos os processos enfraquecedores. Eles entram em ação para efeitos de economia, devido à pressão, ao pouco tempo que se tem para planejar e proferir os sons que compõem as palavras do enunciado. De baixo para cima temos a tendência contrária, os processos fortalecedores que entram em ação sempre que se deseja dar mais ênfase à pronúncia da palavra, geralmente em situações de mais tempo para se pôr em prática (produzir) o que a mente planejou, ou quando há ruído no ambiente, ou quando se repete a palavra para quem não a entendeu após várias tentativas. Os princípios enfraquecedores tendem a levar a mudanças na língua e os fortalecedores vão no sentido contrário, o conservadorismo linguístico. O interessante a notar no presente contexto é que tudo se dá na dinâmica da língua em uso, em atos de interação comunicativa específicos, em contextos específicos.

Esses processos são recorrentes na língua em ação. Para dar brevemente apenas mais dois exemplos, uma palavra como *Anápolis* pode ocorrer como *Anáplis* no nível 4, *Anaps* no 5, e *Anap* entre 6 e 7. *Táxi* ['taksi] de nível 3 pode ocorrer como [taks] entre o nível 5 e o 6 e, finalmente, como [tak] no (7). Se for necessário deixar bem clara a pronúncia, como no caso de [sá.pá.tô.], pode ocorrer ['takisi], no nível 1. O que acontece com a palavra "sapato" é uma tendência geral do português brasileiro, portanto, faz parte dele como o modo de interação comunicativa verbal entre os brasileiros.

Diversidade de manifestações como essas devem se dar também na sintaxe e, provavelmente, na morfologia, dependendo da situação, embora isso não tenha sido investigado até o presente momento. Na sintaxe pode ser que as construções com foco e com tópico da seção 6 sejam exemplos sintáticos desse tipo de variedade.

Uma outra variedade de manifestações mais consolidada que as duas anteriores pode ser a que se dá com o pronome pessoal de segunda pessoa do singular, como nos exemplos de (13).

(13)

- (a) Você vai ao cinema?; (a') Cê vai ao cinema?
- (b) Ontem eu te vi no parque; (b') Ontem eu o vi no parque; (b'') Ontem eu vi você no cinema
- (c) Ocê vai na cidade? (c') Cê vai na cidade?
- (d) Ontem eu vi ocê na estrada pa cidade (d') Ontem eu te vi na estrada pa cidade

As construções (a)-(a'), (b)-(b') e (c') podem ser usadas, e são usadas, na linguagem urbana, ao passo que (c) é específica da linguagem rural. O fato é que *ocê* nunca ocorre na linguagem urbana/estatal; *você* tende a não ocorrer na linguagem rural. Na posição de objeto às vezes tanto *você* quanto *ocê* podem ser substituídos por *te*, como em (b) e (d'), respectivamente. Na linguagem urbana/estatal *você/te* como objeto podem ser substituídos por *o/a*, como em (b'). A forma *cê*, parece estar cliticizada ao verbo e como tal pode ocorrer em todas essas variedades do português.

Mas, a realidade é bem mais complexa do que sugerem esses exemplos. Veja-se o caso de *tu* que ainda subsiste em algumas variedades do português brasileiro, às vezes até mesmo alternando com *você/ocê*.

11. Exclamações, Interjeições e Onomatopeias

Passemos às exclamações, interjeições e onomatopeias. Todas elas são tidas como periféricas na língua, de maneira crescente da esquerda para a direita, segundo o quadro da figura 8, tanto pelas gramáticas normativas quanto por muitos linguistas. As onomatopeias seriam as mais “periféricas” e as exclamações o seriam um pouco menos. As interjeições ficam no meio desse *continuum*. Apesar disso, todas elas ocorrem em muitos atos de interação comunicativa do dia a dia das pessoas. É bem verdade que as interjeições vêm sendo estudadas desde os gregos e latinos, além de grandes investigadores mais recentes como Friedrich Adelung (1768-1843), Johann Gottfried Herder (1784-1803), Jacob Grimm (1785-1863) e o pai da psicologia experimental Wilhelm Wundt (1832-1920). Linguistas como Otto Jespersen (1860-1943) e Lucien Tesnière (1893-1954) também fizeram importantes reflexões sobre elas. Muitos desses estudiosos do passado viam nelas algo como fósseis de um estágio primitivo da linguagem. Outros se preocupavam com incluí-las entre alguma das diversas classes de palavras (substantivo, adjetivo, advérbio etc.). Trata-se, portanto, de estudos de cunho etimológico, num caso, e formal, no outro, não de uma preocupação com o papel delas nas interações comunicativas. Essas duas tendências continuaram no pouco que foi feito sobre elas mais recentemente. Em consonância com os objetivos gerais do presente ensaio, porém, não apenas as interjeições, mas também as exclamações e as onomatopeias são vistas e investigadas da perspectiva da língua-como-interação.

Lucien Tesnière fala das exclamações no mesmo capítulo dedicado à interrogação. De acordo com ele, “em muitas línguas a expressão da exclamação é mais ou menos vizinha da da interrogação. Assim, muitas palavras são ao mesmo tempo interrogativas e exclamativas. Nós seguiremos aqui o hábito de chamá-las interrogativas-exclamativas” (TESNIÈRE, 1959, p. 216). Para a linguística ecossistêmica, as exclamações em geral são enunciados, mesmo que “palavras-enunciados” nos termos de Tesnière, elas são enunciados de nível 3, como se pode constatar no fluxo interlocucional da seção 4 (*É muito caro!*) e no minifluxo apresentado mais abaixo (*Pouca coisa!*). Neste contexto é interessante lembrar a palavra *cadê?*, equivalente à frase interrogativa *Onde está X?* Na teoria desse autor, tratar-se-ia de uma frasilha (*phrasillon*) interrogativa, ou seja, uma palavra que funciona como frase, interrogativa, no caso.

O quadro da figura 8 mostra que, na primeira coluna temos as exclamações e na última as onomatopeias. As exclamações se subdividem em (1) complexas e (2) simples. As exclamações complexas desdobram-se em (1a) oracionais e (1b) frasais, às vezes chamadas de locuções interjetivas. As exclamações simples se bifurcam em (2a) vocabulares, derivadas de frasais ou oracionais, mas constituídas de uma única palavra, e (2b) interjeições, ou melhor, interjeições prototípicas. Na última coluna temos as onomatopeias, que formam uma categoria à parte, mas que às vezes parecem com algumas interjeições prototípicas. Tanto que alguns autores tratam das duas em um mesmo capítulo.

ECO-REBEL

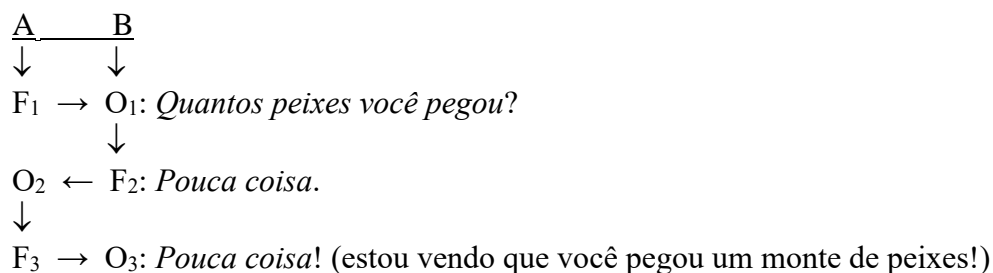
Exclamações				Onomatopeias
(1) Complexas		(2) Simples		
(1a) Oracionais	(1b) Frasais Locuções interjetivas	(2a) Vocabulares	(2b) Interjeições	
<p><i>Quantos peixes você pegou!</i> <i>A estrada é estreita!</i> <i>Como é estreita a estrada!</i> <i>Aquela vista é linda!</i> <i>Vai à puta que pariu!</i> <i>Vai tomá no cu!</i> <i>Não enche o saco!</i> <i>Puta que pariu!</i> <i>Deus me livre!</i> <i>Deus te ouça!</i> <i>etc.</i></p> <p>(A maioria das orações afirmativas e interrogativas pode ter uma versão exclamativa)</p>	<p><i>Pelo amor de Deus!</i> <i>Quanto peixe!</i> <i>Que estrada estreita!</i> <i>Que cara idiota!</i> <i>Que vista linda!</i> <i>Meu Deus!</i> <i>Quem dera!</i> <i>(Também) pudera!</i> <i>Alto lá!</i> <i>Nossa senhora!</i> <i>Puta merda!</i> <i>Puxa vida!</i> <i>Cruz credo!</i> <i>etc.</i></p>	<p><i>Alá!</i> <i>Basta!</i> <i>Bis!</i> <i>Bravo!</i> <i>Calma!</i> <i>Caramba!</i> <i>Caralho!</i> <i>Credo!</i> <i>Cuidado!</i> <i>Droga!</i> <i>Fora!</i> <i>Fui!</i> <i>Jesus!</i> <i>Misericórdia</i> <i>Nossa!</i> <i>Porra! / Pô!</i> <i>Puxa!</i> <i>Socorro!</i> <i>Tadinho!</i> <i>Tomara!</i> <i>Vaza!</i> <i>Viva!</i> <i>Vixe!</i> <i>etc.</i></p>	<p><i>ã?</i> <i>Ah!</i> <i>Ai!</i> <i>Chi!/Chhh!</i> <i>Eba!/Epa!</i> <i>Eco!/Eca!</i> <i>Ei!</i> <i>Eia!</i> <i>Eita!/Eta!</i> <i>Hein!/Hein?</i> <i>Hum!Hum?</i> <i>Ih!</i> <i>Ix/ixi!</i> <i>Ôh!</i> <i>Ôh!</i> <i>Oba!</i> <i>Opa!</i> <i>Psit!/Psiu!</i> <i>Uai!/ué!/uê!</i> <i>Uhu!</i> <i>Ui!</i> <i>etc.</i></p>	<p><i>Atchim</i> <i>Au au</i> <i>Bafafá</i> <i>Béé</i> <i>Blablablá</i> <i>Buaá</i> <i>Catapimba</i> <i>Chua</i> <i>Cocoricó</i> <i>créu</i> <i>Fiu fiu</i> <i>Glu glu</i> <i>Miau</i> <i>Muu</i> <i>Pá</i> <i>Pá pum</i> <i>Patati patatá</i> <i>Piu piu</i> <i>Pocotó</i> <i>Pum</i> <i>Ra ra rá (riso)</i> <i>Tatibitate</i> <i>Tchibum</i> <i>Tic tac</i> <i>Tintim (1,2)</i> <i>Tititi</i> <i>Toc toc</i> <i>Vapt vupt</i> <i>Vrum/vum</i> <i>Zum zum</i> <i>etc.</i></p>

Fig. 8

Cada uma dessas categorias e subcategorias merece por si só um pormenorizado estudo. Porém, isso não é possível no momento. Nos livros que estamos preparando, voltaremos a uma ou mais de uma delas para uma investigação mais detalhada. As exclamações complexas oracionais foram estudadas por Mira Mateus, Brito & Faria (1989, p. 252-256), da perspectiva formal. As demais só têm sido investigadas em estudos escassos e esparsos. O linguista estratificacionista ou neurocognitivista Adam Makkai fez interessantes reflexões sobre as exclamações, em cujo bojo incluiu as interjeições, sob o rótulo de “one-word exclamations” (exclamações de uma palavra).

Seu estudo é interessante porque, contrariamente ao que é habitual entre os linguistas estruturalistas, Makkai enfatiza o aspecto semântico-pragmático das exclamações, inclusive as de uma palavra, as interjeições, mesmo que ele não use esse termo (MAKKAI, 1993, p. 188-2007). Na verdade, as exclamações complexas oracionais (1a) derivam de orações plenas, com sujeito, verbo e complemento. Como já dito, elas estão no nível ₃ do fluxo interlocucional. As exclamações frasais (1b) são fragmentos de orações plenas, portanto se aproximam mais do que se chama tradicionalmente interjeição ou, mais especificamente, locuções interjetivas. As exclamações simples vocabulares (2a) se aproximam ainda mais das interjeições prototípicas, uma vez que não são frases, mas palavras simples, as palavras-frases, ou frasilhas (*phrasillons*) de Tesnière (1959, p. 95). Por fim, as exclamações simples interjetivas, ou interjeições (2b), representam o protótipo das interjeições: elas não são como as demais palavras da língua. Em geral são monossílabos, nos quais a entoação exerce um papel fundamental. Resumindo, a exclamação é uma categoria geral que pode se manifestar por uma oração plena (1a), por frases que não constituem uma oração (1b), por uma única palavra já existente na língua (2a) e, finalmente, por expressões que só existem como exclamação, ou seja, as interjeições prototípicas (2b).

A despeito de a representação do fluxo interlocucional demandar muito espaço como vimos na seção 4, apresentamos um pequeno exemplo para a exclamação complexa frasal (1b), que valeria também para as exclamações complexas oracionais (1a) e, presumivelmente, para as exclamações simples vocabulares (2a) e as interjeições prototípicas (2b). Lendo o fluxo de baixo para cima, vemos que a exclamação *Pouca coisa!* ocorre no nível ₃ como reação ao que se disse no nível ₂ (*Pouca coisa*), que, por seu turno, é resposta à pergunta inicial, do nível ₁ (*Quantos peixes você pegou?*). Como sempre, os níveis são representados por índices _{1, 2, 3}.



Alguns gramáticos chegam a sugerir uma classificação semântico-pragmática das interjeições “segundo o sentimento que denotam”, como é o caso de Cunha (1971, p. 398), que apresenta a que se vê em (14).

(14)

- a) De alegria: *ah! oh!*
- b) De animação: *avante! coragem! eia! vamos!*
- c) De aplauso: *bis! bem! bravo! viva!*
- d) De desejo: *oh! oxalá!*
- e) De dor: *ai! ui!*
- f) De espanto ou surpresa: *ah! chi! ih! oh! ué!*

ECO-REBEL

g)De impaciência: *hum! hem!*

h)De invocação: *alô! ô! olá! psiu! psit!*

i)De silêncio: *psiu! silêncio!*

j)De suspensão: *alto! basta! alto lá!*

l)De terror: *ui! uh!*

Certamente não é a melhor classificação semântica que se poderia ter, mas já é um começo. A partir daí se poderia ir mais longe, acrescentando, corrigindo e suprimindo alguma coisa. Aparentemente todas seriam expressão de sentimento. Se levarmos em conta que a maioria delas entraria no nível 3 do fluxo interlocucional, já temos um indício de que entram no diálogo, são socializadas. Vejamos apenas o segundo exemplo que expressa “desejo”: *oxalá!* poderia ser reação à afirmação de que o jovem tal vai parar de tomar drogas (nível 2). O ouvinte poderia exclamar, como reação, *oxalá!* Enfim, como salientado por Saussure, as interjeições são socializadas em alto grau.

Como o psicólogo Wilhelm Wundt disse no final do século XIX, as interjeições primárias, que se aproximam de nossas interjeições prototípicas, existem até nos animais. Membros de diversas espécies podem emitir algum barulho (grito) quando sentem dor, medo ou alegria. É o que ocorreu com nossa cachorrinha Kiti quando alguém deixou cair água quente em suas costas ou quando o vento derrubou um objeto perto dela dormindo à noite. Nos dois casos ela desatou a ganir alto e longamente: no primeiro caso, de dor; no segundo, de medo. Será que mesmo nesse caso existe algo de dialógico, como um pedido de socorro? Pelo menos aparentemente não. Em Caixeta (2005, 2015) temos um pormenorizado estudo diacrônico e sincrônico das interjeições.

Finalmente, vêm as onomatopeias. Segundo o *Aurélio*, onomatopeia é “palavra cuja pronúncia imita o som natural da coisa significada”. Geralmente as gramáticas tradicionais as ignoram ou, quando muito, as mencionam apenas de passagem. No entanto, elas ocorrem com relativa frequência em nossos atos de interação comunicativa quotidianos, sobretudo na linguagem dos adolescentes e das crianças. Qualquer pessoa poderia dizer coisas como *Ele correu até a beira da piscina e tchibum!*; *O auditório tava um zum zum insuportável!*; *Olha o au au!* (pai dizendo para a filha pequena); *Te amo e você nem tchum!* (letra de música de Maiara e Maraísa).

Algumas onomatopeias se referem de forma negativa a determinadas conversas (*blabláblá, tititi, patati-patatá*), ou são chamamento de atenção (*psiu, psst, fiu-fiu*), sons produzidos por humanos ou animais (*atchim, pum, muu*), sons de objetos e da natureza (*tic-tac, toc-toc*) etc.

Tem havido muitas exclamações e onomatopeias adaptadas do inglês e até o uso de onomatopeias inglesas diretamente, sobretudo via revistas em quadrinho, mangás e filmes de desenho animado. Entre as primeiras poderíamos mencionar *uau* (<*wow*) e *bum* (<*boom*); entre as segundas, *bang bang, ops, quack, sniff* etc. *Cabrum* (som de raio, trovão) parece ter sentido diferente no Brasil e nos EUA.

Algumas gramáticas normativas tradicionais chamam de “vozes dos animais” os verbos ou substantivos que designam sons produzidos por determinadas espécies de animal, frequentemente derivados de onomatopeias. Ribeiro (1957, p. 474) apresenta diversos exemplos, entre eles,

grunhir, roncar, cacarejar, rincho, entre muitos outros, aos quais poderíamos acrescentar *miar, cacarejar, coaxar, piar, mugir, berrar* etc. Temos também nomes de animais que lembram o som que emitem, como *bentivi, quero-quero, cocar* (galinha de Angola) e outros. Há inclusive expressões com palavras da língua que lembram as onomatopeias, como *toma lá, dá cá*. Wescott (1976) tem estudado o que chama de *sound symbolism* e as “periferias da língua” no inglês de longa data. Há palavras que aparentemente não são onomatopaicas, mas as lembram, como *muxoxo* (barulho com a língua ou os lábios para indicar desprezo, menosprezo) e outras.

Saussure (1973, p. 82, 83) afirmou que as interjeições são sons “espontâneos”, e as onomatopeias, sons imitativos da natureza, mas apenas até certo ponto. Ele argumentou que interjeições e onomatopeias podem se transformar ao longo do tempo, como qualquer palavra. Além disso, há interjeições e onomatopeias que provêm de palavras comuns. Enfim, ambas podem ter o mesmo destino das demais palavras da língua, logo, podem conter algum grau de convencionalidade. De qualquer forma, para nossos objetivos, elas são parte da língua-como-interação.

Os dados de cada coluna da figura das exclamações e onomatopeias requer ensaios específicos sobre a língua viva. A necessidade desses ensaios é mais premente no caso das colunas 2a (exclamações simples derivadas), 2b (exclamações simples interjetivas, ou interjeições) e a das onomatopeias. Afinal, e como já dito, elas vêm sendo praticamente ignoradas em gramáticas do português. E das demais línguas, por sinal.

Uma questão que precisa ser investigada é se as interjeições simples são realmente apenas “uma espécie de grito, de que usamos, para exprimir as paixões, os sentimentos súbitos de nossa alma” e as onomatopeias apenas “som imitativo da coisa significada; [...] a pintura do objeto pelo som” (RIBEIRO, 1957, p. 188, 471). Vale dizer, se elas fazem parte da língua-como-interação ou se são apenas expressão monológica da relação do indivíduo com as coisas do mundo. Como disse Émile Benveniste, “também o ‘monólogo’ “deve ser classificado [...] como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental. O monólogo é um diálogo interiorizado, formulado em linguagem interior, entre um eu locutor e um eu ouvinte” (BENVENISTE, 1989, p. 87). Em vez de ser mero solilóquio, trata-se de um interlúdio entre o falante e seu alterego. Em Couto & Couto (2019) essa ideia está discutida pormenorizadamente, usando inclusive representações gráficas.

12. Outros

A língua viva, do dia a dia dos falantes não se restringe ao que foi visto acima. Retomando os termos de Perini, “um mundo de questões e problemas continua sem solução”. Na presente seção vamos apenas lembrar que existem mais “questões e problemas” que estão “à espera de novas ideias, novas teorias, novas análises, novas cabeças”. Entre essas questões e esses problemas estão as formas de tratamento, os cumprimentos/saudações e despedidas, os marcadores conversacionais/discursivos e os componentes não verbais da comunicação. Sob a rubrica de Outros vamos falar desses fenômenos mesmo que perfunctoriamente. Esperamos que em nossas gramáticas eles possam receber o tratamento que merecem.

12.1. Formas de tratamento

Começando pelas formas de tratamento, notamos que, no português do dia a dia, o tratamento mais comum é *você (tu)*, para as interações simétricas e de intimidade, passando por *o/a senhor/a* para relações assimétricas e não íntimas e para interlocutores mais velhos que o falante. As demais expressões só existem no português urbano/estatal. É o caso de *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*

em tribunais superiores, em parlamentos, em discursos de paraninfo e assemelhados, às vezes até com uma certa ironia. No topo estaria *Vossa Santidade* para o papa. Em audiências na justiça, os advogados tendem a chamar o juiz de *Meritíssimo*. Quanto ao uso de *você* e *cê*, na linguagem urbana, e *ocê* e *cê*, na rural, já foi comentado no final da seção 10.

Há outras formas de tratamento. Por exemplo, o artigo definido é muito usado para nos referirmos a alguém com quem formalidades não são necessárias. Assim, dizemos *o João, o Alfredo, a Sônia, a Júlia* etc. Vimos que até *seu* geralmente vem precedido de *o*. Entre parênteses, é bom ressaltar que em Portugal o uso do artigo para com quem se fala indica o contrário, uma certa formalidade, como em *o João aceita um café?*, querendo dizer algo como *o senhor aceita um café?* Não havendo intimidade, usam-se as formas recém-mencionadas. Uma criança se dirigindo a um adulto que não seja da família frequentemente diz *tio/tia*. Uma pessoa humilde se dirigindo a alguém que considera “importante”, superior a ela, pode chamá-la de *patrão, chefe* etc. Caso contrário, pode dizer *amigo* ou algo semelhante. Aqui já existe afinidade com as exclamações simples derivadas, mencionadas na seção 11.

Para a pessoa de quem se fala frequentemente se usa *seu* (*você conhece o seu Francisco?*), sobretudo quando se trata de homens velhos e/ou humildes, pobres. O CEO idoso de uma grande empresa, gerente ou proprietário de uma grande firma jamais seria chamado de **O seu Abílio (Diniz), *O seu Roberto (Justus), *O seu Roberto (Marinho)* etc. Por outro lado, um idoso, empregado da empresa deles ou um velho da roça ou da favela dificilmente seria *o senhor Francisco* ou *o senhor Armando*. A forma *seu* veio de *senhor* (provável evolução: *senhor > syor > syô > seu*). De *senhor* proveio também o marcador interlocucional *sô*, cujo feminino é *sá*. O tratamento feminino equivalente a *seu* é *dona* (*dona Maria, Dona Joana* etc.). Para uma velha “chique” se diria *senhora Sônia, senhora Júlia* etc.

12.2. Cumprimentos/saudações e despedidas

A língua dispõe também de formas para quando uma pessoa se encontra com outra e para quando se despede dela. São os cumprimentos/saudações e as despedidas, respectivamente. Os cumprimentos e saudações variam de acordo com a hora do dia: *bom dia* (até o meio dia), *boa tarde* (a partir do meio dia até o início do anoitecer) e *boa noite* (durante a noite). Esta última pode ser usada também para a despedida durante toda a noite. Aliás, está havendo uma tendência para usar *bom dia, boa tarde* e *boa noite* para despedida também. Mas, existem saudações mais informais, que lembram as interjeições, entre elas *oi, olá!, como vai?, tudo bem?* O tratamento *oi* é muito comum quando alguém se dirige a uma criança ou um adolescente, embora seja usado também entre adultos em situações informais, de intimidade. Aliás, *oi?* – interrogativo de nível 3, após uma informação, ou de nível 2, após uma solicitação – pode ser também sinônimo da interjeição *ã?*, ou seja, uma sinalização de que o ouvinte não entendeu bem o que o falante disse, solicitando que o repita. Há várias outras maneiras informais, íntimas, de se cumprimentar alguém, tais como um leve movimento da cabeça, um leve sorriso, o polegar virado para cima, levantando o braço com a palma da mão virada para a pessoa, sobretudo quando estão a certa distância um do outro ou quando estão no meio de muita gente etc.

No que tange às despedidas, também existem muitas expressões. Até pouco tempo a despedida mais comum era *até logo*, mas hoje ela está sendo substituída por *tchau*. *Até já* também tem sido usado. Bem mais recentemente, tem ocorrido *tchau, até mais* ou simplesmente *até mais*. De pessoas religiosas a despedida pode vir acompanhada de *vai com Deus* (*tchau, vai com Deus*). Quando é o caso, pode-se ouvir *até amanhã*. Quando o falante se despede do ouvinte para sempre

ou por um longo período pode dizer *adeus*. Por fim, a despedida pode ser formulada por um movimento da palma da mão aberta e virada para o ouvinte, balançando-a para os lados, podendo vir acompanhada, ou não, da palavra *tchau*. Até com bebês começando a falar se usa esse gesto, e eles frequentemente respondem.

12.3. Marcadores interlocucionais

Um componente importante da língua-como-interação são os chamados marcadores conversacionais ou marcadores discursivos, que para a LE são marcadores interlocucionais. Alguns que são tratados como tais têm a ver mais com a sequenciação textual do que com a interlocução como é o caso de *agora, então, depois, aí, mas, enfim* etc. Os marcadores interlocucionais propriamente ditos se referem à troca de turno entre os interlocutores, como o *não* da fala (5) da seção 6 acima, que, pelo menos no português urbano, pode ser substituído por *bem, bom*. Ele mostra que o que vai ser dito é resposta a uma pergunta anterior. Lá mesmo foi dito que em seu lugar poderia ter ocorrido *uai* que, na linguagem rural pode vir acompanhado de *sô* (Pergunta: *Ocê acha que vai chovê hoje?* Resposta: *Uai, sô! Acho que não*). Pelo menos na linguagem urbana ele poderia ser substituído também por *olha!* Como visto um pouco acima, *sô* originalmente é o equivalente de *senhor* quando usado para homens simples, humildes, pobres. Muitos marcadores interlocucionais não são palavras usuais da língua. Entre os exemplos poderíamos mencionar *ã?* (solicitação de repetição do que foi dito por não ter sido compreendido); *ãhã!* (confirmação de entendimento do que foi dito). Um marcador interlocucional importante é *né?* Ele é uma solicitação de adesão do ouvinte ao que o falante acaba de dizer (*Agora não é tempo de chuva, né?*) (ver MARCUSCHI, 1986).

12.4. Componentes não verbais da comunicação

Existem ainda componentes não verbais na comunicação, como os que acabam de ser mencionados como marcadores interlocucionais, entre eles, *uai, ã?, ãhã!, hm¹-hum² e ?m²-?m¹* e as onomatopeias, já estudadas na seção 11, fato reconhecido por Marcuschi (1986, p. 61). A paralinguagem também deve ser estudada neste contexto, além dos componentes proxêmicos e cinésicos (mímicos). Entre os componentes gestuais que podem entrar nas interações comunicativas existem algumas estratégias de substituição de partes do enunciado e até do enunciado inteiro por gestos, posturas, modo de olhar etc. Além do exemplo onomatopaico de *tchibum* e *au au* vistos acima, poderíamos acrescentar outros como *Ele pôs a bola no chão e ...* [gesto de chutá-la com o pé], como substituto de parte do enunciado. Como substituto de enunciado inteiro poderíamos mencionar a mímica. A pergunta *Você vem com a gente?* pode ter como resposta *movimentos da cabeça para os lados*, para ‘não’, e *movimento da cabeça para baixo e para cima*, para ‘sim’. O ‘sim’ pode ser substituído ainda pelo polegar virado para cima, e o ‘não’ com ele virado para baixo. O ‘não’ pode ser substituído também pelo dedo indicador virado para o interlocutor e a ponta para cima, pendulando para os lados.

Aqui poderíamos lembrar os emojis, pictogramas, logogramas ou ideogramas que representam emoções em mensagens eletrônicas nas redes sociais. No entanto, eles só são usados graficamente e foram criados em culturas diferentes da luso-brasileira, portanto, têm levado a muitos mal-entendidos. Eles são muito comuns nas interações via WhatsApp.

Enfim, tudo isso é parte da língua-como-interação, mesmo que não o seja da língua-como-sistema. A proposta da “sintaxe dialogada” de Tatiana Slama-Cazacu seria um bom ponto de partida para o estudo dos marcadores interlocucionais (SLAMA-CAZACU, 1982; 1983)

13. Observações finais

Diante de tudo que foi visto até aqui, não há como negar que a língua-como-interação vai muito além de língua-como-sistema, que se constitui de meros aglomerados de palavras em “estruturas” gramaticais sintáticas, morfológicas e fonético-fonológicas. Uma gramática ecossistêmica deve dar conta de todos os recursos utilizados nos atos de interação comunicativa que se dão entre os membros da comunidade em que ela é falada, ou seja, em todas as variedades linguísticas mencionadas por Jakubinskij na epígrafe, além das não linguísticas. Mesmo que o investigador tenha que dirigir o foco da investigação para a seleção de alguns itens, por não ser onisciente, ele não esquece que os demais também fazem parte da língua, apenas não consegue abarcá-los todos ao mesmo tempo (GARNER, 2004). Uma gramática ecossistêmica completa só pode ser feita por uma equipe, dada a atual fragmentação do saber, inclusive do linguístico, e da enormidade de fenômenos da língua-como-interação. As gramáticas que estamos tentando fazer na verdade fazem uma seleção de alguns desses fenômenos que são apresentados como representativos.

No caso presente, as interjeições e as onomatopeias não têm o nível da organização sistêmica (OS), típico do que se chama gramática. Porém, elas participam dos níveis da organização interlocucional (OI), o que o falante efetivamente profere, e da rede de interação orgânica (RIO), que consta de todas as conexões que podem ser feitas no ecossistema mental.

Obviamente, nem tudo que pode ocorrer em atos de interação comunicativa concretos foi mencionado acima. Por exemplo, não falamos da linguagem que os adultos usam nas interações comunicativas com bebês e crianças pequenas em geral, linguagem que tem recebido o nome de maternalês, mas cuja designação mais comum na literatura internacional é *baby talk*. Não se trata da linguagem da criança, cuja aquisição é um fértil objeto de estudo, mas do adulto para com ela. O que sói acontecer é a criança começar a formar sua linguagem partindo desse maternalês, embora logo logo ela comece a ultrapassá-lo, até chegar plenamente à linguagem do adulto.

Entre os exemplos mais comuns de maternalês encontram-se *mamá* (ser aleitado no peito), *papá* (comer), *pepeta* (chupeta), *mimi* (dormir), *cocô* (fezes), *pipi* (órgão sexual), *xixi* (urina, urinar), *dandá* (andar), *abí/babí* (abrir), *dodói* (dor, tá doendo, ferida), *bebê*, *neném* (criança recém-nascida), *papato* (< sapato), *bumbum* (bunda), *tau* (< tchau), *futa* (< fruta), *titio* (tio), *titia* (tia), *vovô* (avô), *vovó* (avó), *mamãe* (mãe), *papai* (pai). Algumas onomatopeias ocorrem também, sobretudo em referência a animais como *au au* (cachorro), *miau* (gato), *piu piu* (ave, pássaro), *muu* (boi, vaca). Nessa linguagem, o tom de voz é um pouco mais agudo e mais suave que o normal e o ritmo mais lento. Ao dar papinha para o neném, a mãe pode dizer: *O neném vai papá* ou *eu vô papá* etc. No primeiro exemplo, ela trata o bebê na terceira pessoa (*o neném* = você, *papá* = comer); no segundo ela se coloca no lugar dele (*eu* = você, *vô* = vai, *papá* = comer). Esse uso da forma de terceira pessoa pela da segunda já foi mencionada na seção 12.1, a propósito das formas de tratamento. Existe uma considerável literatura sobre o assunto, inclusive dissertações de mestrado e teses de doutorado. Como as interjeições e as onomatopeias, os termos do maternalês geralmente são polissêmicos e multifuncionais. Por exemplo, *cocô* pode ser “as fezes”, “fazer cocô”, “você fez cocô”, “você quer fazer cocô?” etc. Tudo depende da ecologia da interação comunicativa (contexto) em que a palavra entra.

Vimos ao longo de todas as seções deste artigo que a afirmação de Perini da epígrafe faz jus à realidade dos fenômenos da linguagem, de sua descrição e explicação. Aliás, Perini nem incluiu os fenômenos “periféricos” e os não verbais aqui discutidos. Nos livros para os quais este artigo é

uma espécie de *trailer* ou aquecimento, será investigado em mais pormenores tudo que vimos acima, além de alguns outros fenômenos. Couto (1999/2017) já havia tocado em vários deles mesmo que de modo bastante incipiente.

Enfim, com certeza esta proposta de descrição da gramática não é a melhor que se poderia imaginar, mas é uma tentativa de fazê-lo de uma nova perspectiva. Retomando as palavras de Richard Dawkins da epígrafe, “muitas vezes, a contribuição mais importante que um cientista pode fazer não é propor uma nova teoria ou revelar um novo fato, mas descobrir um novo modo de olhar para as teorias e os fatos antigos”. Mesmo não sendo o melhor que se poderia ter, de uma coisa estamos convictos: utilizamos uma nova teoria e ela nos forneceu um novo modo de olhar para fatos antigos (já conhecidos). Nos livros que o autor e a autora estão elaborando tudo será discutido em mais pormenores.

Referências

- ANDRADE, Mário de. *Gramatiquinha da fala brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, organizada por Aline Novais de Almeida, 2022 (elaborada de 1922 a 1945, aproximadamente).
- ARAÚJO, Gabriel. Truncamento e reduplicação no português brasileiro. *Revista de estudos da linguagem* 10,1.61-90, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2ª ed., 1981.
- BANG, Jørgen Chr.; DØØR, Jørgen. *Language, ecology and society: A dialectical approach*. Londres: Continuum, 2007.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral* II. Campinas: Pontes, 1989.
- BISOL, Leda. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *DELTA* v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.
- _____. *O ditongo em português*. *Boletim ABRALIN* n. 11, p. 51-58, 1991.
- BOHM, David. *A totalidade e a ordem implicada*. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.
- CAIXETA, Geovane Fernandes. *Macacos me mordam! Interjeição: uma classe no limbo do sistema linguístico do português brasileiro*. Dissertação de mestrado, UFMG, 2005.
- _____. “Que bom, que bom, ai que bom!” Da existência da relação retórica de interjeição. Tese de doutorado, UFMG, 2015.
- CHAUDENSON, Robert. *Créoles et enseignement du français*. Paris: L’Harmattan, 1989.
- CLARK, Eve V. *The lexicon in acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- CAPRA, Fritjof. *O tao da física*. São Paulo: Cultrix, 27ed., 2002 (primeira edição de 1975).
- CAPRA, Fritjof; STEIDL-RAST, David. *Pertencendo ao universo: Explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade*. São Paulo: Cultrix/Amana, 10ed., 1998.
- COMELLAS-CASANOVA, Pere. *Contra l’imperialisme lingüístic: a favor de la linguodiversitat*. Barcelona: La Campana, 2006.
- COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y linguística general*. Madri: Gredos, 1967.
- _____. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença/ EDUSP, 1979.
- COUTO, Elza K. N. N. do. Abordagem linguístico-ecossistêmica da linguagem rural: Uma primeira aproximação. *Revista de letras* v. 2, n. 37, p. 79-88, 2018.
- https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46804/1/2018_art_eknncouto.pdf

- COUTO, Elza N. N. do Couto; COUTO, Hildo Honório do. Uma leitura ecolinguística de "Se eu quiser falar com Deus" de Gilberto Gil. *ECO-REBEL* v. 5, n. 2, p. 40-53, 2019.
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/27661/23798>
- COUTO, Hildo Honório do. *O falar capelinhense: uma visão sociolinguística*. Londrina: UEL 1974 (ms). Segunda edição (2018) disponível em:
<https://www.blogger.com/blog/post/edit/8620952154672442358/5157176011716288967>
- _____. *Linguística e semiótica relacional*. Brasília: Thesaurus, 1982.
- _____. *Fonologia & fonologia do português*. Brasília: Thesaurus, 1997.
- _____. Um cenário para a crioulização sem pidginização. *Revista de estudos da linguagem* 7,1. 5-30, 1998.
- _____. A reduplicação em português. *Lusorama* 40.29-49, 1999.
- _____. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. Linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 1, n. 1, p. 47-81, 2015.
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800>
- _____. Estudos gramaticais à luz da linguística ecossistêmica. *Scripta* v. 20, n. 38, p. 26-53, 2016.
DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2016v20n38p26>
- _____. *Contato interlinguístico: da interação à gramática*. Brasília: UnB/IL/PPGL, 2ed., 2017 (1ed., 1999). Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/e-book-Forma.pdf>
- _____. A metodologia na linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 4, n. 2, 2018a.
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/12355/10835>
- _____. Fonologia: argumentos em prol de uma fonética-fonologia ecossistêmica. *Revista de letras* v. 2, n. 37, p. 42-57, 2018b.
<http://periodicos.ufc.br/revletras/issue/view/907>
- _____. Análise do Discurso Ecossistêmica – ADE. *Árboles y rizomas* v. 2, n. 2, 2020, p. 1-14
<https://doi.org/10.35588/ayr.v2i2.4634>
- _____. *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): Uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas: Pontes, 2021.
- _____. A língua não é uma coisa, é motraive. *ECO-REBEL* v. 8, n. 1, p. 91-106, 2022.
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/42495/32858>
- _____; ANGENOT, Jean-Pierre. As regras de acentuação e o Biotônico Fontoura. *Estudos linguísticos (GEL)* XVI, p. 108-116, 1988.
- COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza K. N. N. do. Por uma análise do discurso ecológica. *ECO-REBEL* v. 1, n. 1, p. 82-104, 2015.
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9968/8801>
- _____; COUTO, Elza; BORGES, LORENA. *Análise do discurso ecológica: ADE*. Campinas: Pontes, 1915.
- CSUHAIJ-VARJÚ, Erzsébet et al. Eco-grammar systems: a grammatical framework for studying lifelike interactions. *Artificial Life* v. 3, n. 1, 1997.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 2ed., 1971.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 1, 2000.
- FERNANDES, Ubirajara Moreira. Tatiana Slama-Cazacu: Linguista ecossistêmica *avant la lettre*. *ECO-REBEL*, v. 8, n. 1, p. 29-46, 2022,
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/42490/32852>

ECO-REBEL

- FINKE, Peter. Sprache als missing link zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen: Überlegungen zur Weiterentwicklung der Sprachökologie. In: Fill, Alwin (org.). *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, p. 27-48, 1996.
- FINKE, Peter. Zukunft, Wissen und Sprachen: Warum ein Gaiazän das bessere Menschenalter ist. ECO-REBEL v. 8, n. 2, p. 59-84, 2022.
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/44293/33869>
- GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1967.
- GARNER, Mark. *Language: An ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.
- HAGÈGE, Claude. *L'homme de paroles*. Paris: Fayard, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. Londres: Routledge, 4ed., 2014.
- HEISENBERG, Werner. *Física e filosofia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- IVANOVA, Irina. Les sources de la conception du langage chez L. Jakubinskij. *Texto!* Dezembro 2003. Disponível em:
http://www.revue-texto.net/Inedits/Ivanova_Jakubinskij.html
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. *Linguaguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969 (original de 1960).
- _____. Principes de phonologie historique. In: TRUBETZKOI, N. S. *Principes de phonologie*. Paris Klincksieck, p. 315-336, 1978.
- JAKUBINSKIJ, Lev. *Sobre a fala dialogal*. São Paulo: Parábola, 2012.
- KOCH, Ingedore V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LAMB, Sydney M. *Pathways of the Brain: The Neurocognitive Basis of Language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.
- MAAS, Utz. Sprachliches Handeln I: Auffordern, fragen, behaupten. In: Baumgärtner, Klaus & Hugo Steger (orgs.): *Funk-Kolleg Sprache II*, p. 144-157, 1977.
- MADEIRA, Angélica. Raízes e Rizomas do Brasil. *Caderno do IPRI* n. 15, p. 23-31, 1994.
- MAKKAI, Adam. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1972. O problema do significado em linguagens primitivas. In: Richards, Ogden, C. K. & I. A. Richards. 1972. *O significado de significado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 295-330.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. 5ª. ed. São Paulo: Ática, [1986] 2003.
- MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; FARIA, Isabel Hub. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2ed., 1989.
- MORIN, Edgar. *L'An I de l'ère écologique*. Paris: Tallandier, 2007.
- PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language* v. 50, n. 4, parte 1, p. 696-735, 1974.
- SALZINGER, Kurt. 1979. Ecolinguistics: A radical behavior theory approach to language behavior. In: Aaronson, D., Reiber R. W. (eds.). 1979. *Psycholinguistics research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, p. 109-130.
- SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: COUTO et al. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: Ensaio ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, p. 35-55, 2016.
- STEFFENSEN, Sune; BUNDSGAARD, Jeppe. In: LINDØ, Anna Vibeke; BUNDSGAARD, Jeppe (orgs.) *Dialectical Ecolinguistics: Essays for the Symposium 30 Years of language and ecology in Graz December 2000*. Odense: University of Southern Denmark, 2000.

ECO-REBEL

- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 5ed., 1973.
- SÉRIOT, Patrick. L'Un et le multiple: L'objet langue dans la politique linguistique soviétique. In: GRUENNAIS, Max-Peter (org.). *États de langue*. Paris: Fayard, p. 119-157.
- SILVA, Márcio M. G. Eugenio Coseriu: Precursor da ecolinguística. *ECO-REBEL* v. 8, n. 1, 19-28, 2022. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/42489/32850>
- SLAMA-CAZACU, Tatiana. Structura dialogului: Despre “sintaxe dialogată I. *Studii și cercetări lingvistice* XXXIII, n. 4, p. 301-321, 1982
- _____. Relaciones interpersonales y estructuración del diálogo: “La sintaxis dialogada”. *Anuario de psicología* n. 29, p. 5-23, 1983.
- STEFFENSEN, Sune Vork. The ecology of grammar: Dialectical, holistic and autopoietic principles in ecolinguistics. In: DÖRING, Martin; PENZ, Hermine; TRAMPE, Wilhelm (orgs.). *Language, signs and nature*. Tübingen: Stauffenburg, p. 89-105, 2008.
- STROHNER, Hans. Die neue Systemlinguistik: Zu einer ökosystemischen Sprachwissenschaft. In: FILL, Alwin (org.). *Ökologisches Linguistik: Eine Einführung*. Tübingen: Narr, p. 49-58, 1996.
- TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1959.
- TRAMPE, Wilhelm. *Ökologische Linguistik: Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.
- _____. Ökosysteme und Sprache-Welt-Systeme. In: FILL, Alwin (org.). *Ökologisches Linguistik: Eine Einführung*. Tübingen: Narr, p. 59-75, 1996.
- _____. Sobre o papel da linguagem nos sistemas ecológicos antropogênicos. *ECO-REBEL* v. 2, n. 1, p. 39-56, 2016.
- <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9897/8741>
- WESCOTT, Roger W. Allolinguistics: exploring the periphery of speech. *The Second LACUS Forum* 1975. Columbia, SC: Hornbeam Press, p. 497-513, 1976.

Aceito em 18 de julho de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 3, 2023.